

Ministério Sarney

não reflete

anseio de mudança

O ministério composto a duras penas pelo presidente José Sarney frustrou as esperanças populares de um engajamento mais corajoso do governo nas mudanças que a Nova República continua devendo. Não se pode dizer que seja

muito pior ou melhor que o anterior. Mas é demasiadamente igual, inclusive no método de escolha, ao sabor dos interesses regionais e eleitorais de cada grupo. Na área militar - seis ministros - nada muda. A esfera econômica tam-

bém permanece intocada. Enquanto isso, o país exige a efetivação das mudanças, e com voz cada vez mais forte, como mostraram as urnas de 1985. O comentário sobre a nova equipe ministerial está na página 3.

EDITORIAL

Samba plataforma

Durante quase uma semana o Brasil saiu às ruas na folia do carnaval. Além de um desafo para esquecer as mágoas, o povo fez das alegorias e letras das escolas de samba e blocos mais um instrumento para manifestar seus protestos e reivindicações. O "diabo" do FMI, o "leão" do imposto de renda e outras figuras desfilarão com sucesso. Uma das escolas favoritas no Rio de Janeiro empolgou o público cantando: "Me dá, me dá / me dá o que é meu / foram vinte anos que alguém comeu". Em São Paulo, a inflação serviu de mote para o estro de conhecidas agremiações carnavalescas. Em Salvador o Bloco da Panela Vazia ficou "de olho na Constituinte". Por todo lado isto se repetiu.

O fato chama a atenção. A sátira política sempre esteve presente de uma forma ou de outra nas manifestações populares, embora as classes dominantes procurem fazer destas festividades um fator a mais de alienação. Agora, o que se revela espontaneamente é que vai tomando corpo na consciência popular uma plataforma básica ligada aos problemas centrais do país. Se nas cúpulas predominam os desentendimentos, as defecções, a disputa menor por postos de mando e por cargos ou vantagens imediatas, entre as massas vai se forjando uma nova unidade, mais ampla e mais vigorosa, que ao se levantar pode promover alterações de vulto na situação nacional.

O regime militar foi abaixo. Abriam-se novas perspectivas para os brasileiros. Mas as questões estruturais que geram a crise econômica e política não foram tratadas. De posse de posições essenciais na máquina estatal, os setores mais conservadores conseguem emperrar as mudanças. E outros setores que integraram as fileiras oposicionistas durante a ditadura mostram-se demasiadamente tímidos e vacilantes para impul-

sionar o movimento progressista. Temem mais o povo do que qualquer coisa. E por isto se fragmentam em torno de interesses regionais, de grupo e mesmo pessoais, ao invés de ajudarem na mobilização das massas para dar à Nova República um caráter de verdadeira transição democrática.

Enquanto isto acontece, exatamente porque a crise tem caráter estrutural, os problemas do povo continuam se agravando. A luta dos trabalhadores adquire formas as mais diversas, espalha-se por todo lado este sentimento, que se revela inclusive nas folias carnavalescas, tornou-se um imperativo para consolidar as conquistas democráticas e avançar para as transformações profundas que a nação necessita.

O país se debate atualmente entre o reacionarismo das classes dominantes e o anseio de mudanças dos trabalhadores. E este conflito se materializará com toda força na batalha pela Assembleia Constituinte, já em curso. A campanha dos candidatos populares ganha com isto uma importância redobrada. Além de difundir a política mais consequente para esta conjuntura, e de amarrar votos para uma bancada aguerrida, cumprirá o papel de estimular o debate nas fábricas e nos bairros. Contribuirá para elevar a consciência política de imensas camadas sociais.

Enquanto este processo de massas vai se desenvolvendo, lideranças equivocadas e correntes políticas interessadas em desviar a atenção do povo, difundem a idéia da formação de uma chamada "frente de esquerda". É a concepção estreita da união de pequenos grupos autosuficientes, à margem da tendência geral do povo, que pretendem impor soluções iluminadas ao conjunto. Com a luta das diretas, e agora nas próprias demonstrações momescas, o povo aprendeu que esta miopia não serve à sua luta.

Haiti liquida dinastia Doc

O ditador Baby Doc foge. O povo festeja e luta. Mas os EUA tentam manter seu domínio. Pág. 2



Foto: A.C. Leite

Quercia defende a coligação com PC do B

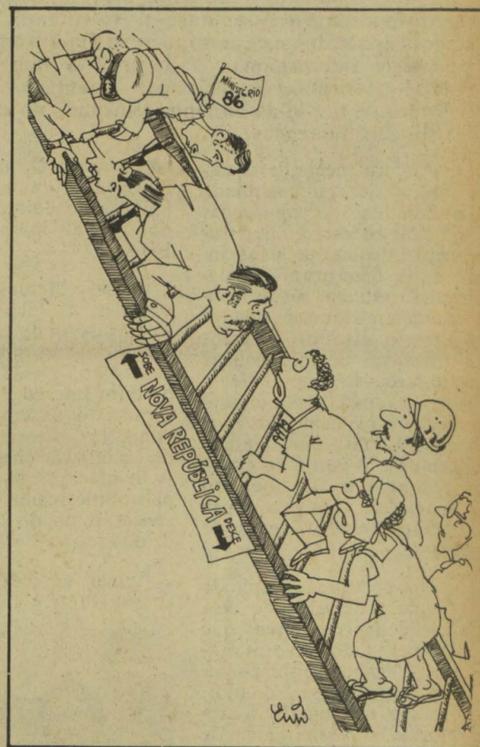
Entrevista exclusiva com o virtual candidato do PMDB ao governo de São Paulo em novembro. Página 3

CGT: a nova etapa na luta pela unidade sindical

Iniciando uma série sobre a CGT, a Tribuna responde as três questões em debate: porque o sindicalismo se dividiu? E possível a reunificação? E qual central serve aos trabalhadores. Pág. 6

Acidente de trabalho volta a matar na siderúrgica Aliperti

Operário de 19 anos e eletrocutado por um fio desencapado. A empresa paulista é recordista em acidentes. Pág. 7



Jânio saqueia marreteiros de São Paulo

Muitos deles votaram no "homem da vassoura" em 85 pensando que ele ia varrer com os tubarões e exploradores. Agora, percebem que foram enganados. Última página

Congresso de Vitória: a UJS cresceu

União da Juventude Socialista tem mais núcleos, mais filiados e uma plataforma mais definida. Página 7

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O fim da era dos Duvalier no Haiti

O governo "vitalício" de Jean Claude Duvalier (Baby Doc), no Haiti, chegou ao fim. No dia 6, o ex-ditador fugiu do país, a bordo de um avião da Força Aérea dos Estados Unidos e desembarcou na França. Uma junta de governo, articulada pelos EUA, assumiu o poder. Nas ruas, o povo manifesta seu ódio por Baby Doc e seus aliados.

Desde o segundo semestre do ano passado os atos de protesto no Haiti vinham num crescendo. Apesar da ferocidade da repressão desencadeada pelos tonton macoute e da mordada da censura à imprensa, a população realizava seguidas manifestações em favor da democracia e por melhores condições de vida (o desemprego aflixe mais de 60% dos haitianos, e 80% da população é analfabeta). Mesmo com as principais lideranças opositoras no exílio, o país caminhava para uma situação insurrecional.

Buscando garantir seus interesses no país, os Estados Unidos resolveram garantir a formação de um governo aliado seu antes que o povo criasse uma alternativa própria de poder. Para isso, Ronald Reagan contou com o apoio de seu companheiro francês, o social-democrata François Mitterrand (a França dominou o Haiti por muitos anos, e ainda tem interesses econômicos e estratégicos na ilha). Já no dia 31 de janeiro o porta-voz da Casa Branca,

Larry Speakes, anunciou a queda da ditadura de Baby Doc, mas teve que desmentir a informação horas depois. Comenta-se que os militares haitianos queriam açamparcar sozinhos o poder, e os EUA pretendiam que eles o compartilhassem com civis, dado o desgaste das ditaduras militares na América Latina.

De qualquer forma, no dia 3 de fevereiro foi a vez do secretário de Estado, George Shultz declarar que queria "um governo eleito, por qualquer tipo de processo eleitoral" para "enfrentar os problemas do Haiti". No próprio Haiti, a Embaixada dos EUA multiplicava suas reuniões com os militares, com Baby Doc e com políticos ligados aos seus interesses, além dos contatos com a Embaixada da França.

JUNTA DE GOVERNO

No dia 7 Baby Doc e alguns asseclas escafederam-se do país rumo à França de Mitterrand. Na ilha, o general Henry Namphy, os coronéis William Regala, Max Valles e Proper Avril, e os



Populares revoltados correm as ruas de Porto Príncipe à caça dos tonton macoute...

civis Gerard Gogue e Alix Cineas formaram um Conselho Nacional de Governo. Cinicamente, em Washington, Larry Speakes falou aos jornalistas: "Os senhores percebem que estão diante de um profeta?", numa alusão ao anúncio que fizera dias antes sobre a queda do governo. De qualquer

forma, o novo governo anunciou que realizará eleições (sem precisar datas), e as agências de notícias divulgaram que todos os presos políticos foram soltos.

O povo haitiano atacou o túmulo de Papa Doc e passou a hostilizar os tonton macoute. Centenas de torturadores e assassinos do

antigo governo foram executados pelos populares em fúria. No momento em que encerramos esta edição, a caça aos lacaios de Baby Doc continuava. Da capacidade de organizar essa revolta popular e canalizá-la no sentido do progresso do país depende o futuro do Haiti. (Carlos Pompe)



...enquanto Baby Doc consegue refugiar-se na França social-democrata de Mitterrand

Imprensa manipulada

Os EUA e a França buscaram uma forma de continuar seu domínio sobre o Haiti, agora sem valer-se da ditadura de Baby Doc. Além das manobras políticas, valem-se também da imprensa a seu serviço para tentar formar uma opinião pública favorável a seus interesses nessa ilha do Caribe. No afã de bem servir aos patrões ianques, o jornal "O Estado de S. Paulo", fazendo vista grossa à toda interferência da Casa Branca, nos problemas

internos haitianos, escreveu em editorial: "Afortunadamente, Reagan, desta vez, não pode ser acusado de intervenção". Mais que isso, para o jornal o Haiti não pode ser uma democracia, devido ao atraso econômico e "carência de cultura, educação e maturidade política" de sua população!

O Haiti "passa a ser objeto de responsabilidade internacional". Ou seja, o colonialismo à moda antiga. Os escribas do imperialismo não têm escrúpulos.

Escândalo eleitoral nas Filipinas de Marcos

As eleições presidenciais realizadas dia 7 nas Filipinas chegaram a um impasse: sob pesadas acusações de fraudes, o ditador Ferdinand Marcos liderava por pequena margem as apurações. No entanto, soma-se agora ao seu desgaste junto ao povo filipino um inédito desgaste internacional. E o próprio imperialismo norte-americano, seu principal sustentáculo, parece disposto a tirá-lo do baralho, colocando no lugar cartas menos marcadas.

Ao fechamento desta edição, a situação era ainda indefinida. As apurações oficiais chegaram a ser suspensas depois que 30 funcionários demitiram-se, alegando estarem sendo obrigados a falsear os resultados para o ditador. Marcos ostentava, então, pequena vantagem sobre a candidata opositora, mas a organização Movimento por Eleições Livres, que contava também os votos, apontava a candidata da oposição Corazón Aquino, com quase 700 mil votos de frente.

Um pequeno exemplo de fraude pode ser dado pela cidade natal de Marcos, que lá obteve todos os votos válidos - "tenho muitos parentes", justificou-se o ditador. No dia da votação foram mortas 66 pessoas, além de inúmeras presas. Até o chefe da delegação americana que assistiu ao pleito, senador Richard Lugar, resume de maneira simples a situação: "A palavra 'limpa' está totalmente ausente e é obviamente inadequada para indicar o que observamos".

VIOLÊNCIA E CORRUPÇÃO

Ferdinand Marcos tomou o poder em 1965, e nestes 20 anos cumpriu uma trajetória de violência, corrupção e ineficiência à frente do país. Entre 1972 e 1981, governou com lei marcial. Os opositores foram duramente perseguidos, enquanto Marcos, sua esposa Imelda e seus colaboradores mais diretos

enriqueciam. O casal governante tem mais de 350 milhões de dólares desviados do país investidos nos EUA.

Quando Marcos assumiu o poder, as Filipinas possuíam a segunda maior economia da Ásia, atrás apenas do Japão. Desde 1983, o produto Interno Bruto vem caindo, o desemprego já atinge 15% dos trabalhadores e a inflação chega a 64%. A dívida externa coloca o país praticamente em insolvência, somando 26 bilhões de dólares.

Apesar de independente formalmente dos EUA

desde 1946, as Filipinas nunca se livraram de fato da influência norte-americana. Anualmente, cerca de 100 milhões de dólares de ajuda econômica são destinados por Washington ao tirano Marcos. Os EUA mantêm com as Filipinas acordos militares desde 1947, e somente no ano passado foram destinados ao país cerca de 160 milhões de dólares de ajuda militar. É lá que se encontram também as duas maiores bases militares norte-americanas em território estrangeiro, a base naval de Subic e a base aérea de Clark.

APOIO IANQUE

A estreita colaboração entre os governos norte-americanos e o ditador Ferdinand Marcos pode ser medida pelas declarações do vice-presidente George Bush, "admirado com sua adesão aos princípios democráticos". O que leva os

EUA a, surpreendentemente, denunciarem fraudes e mostrarem a face autoritária e corrompida de Marcos?

A partir de 1983, passo a passo com a deteriorização da situação econômica, também a situação política tornou-se instável nas Filipinas. Em agosto deste ano foi assassinado o líder opositor Benigno Aquino. Desencadeou-se uma onda de protestos de massa contra o regime ditatorial: dois milhões no enterro de Aquino; meio milhão um mês depois; um milhão na passagem de um ano de sua morte.

Começaram as gestões de Washington para que as eleições presidenciais, antes previstas para 1987, fossem antecipadas para 1986, esperando assim abrandar a oposição. Marcadas as eleições, a candidatura da viúva de Benigno Aquino, Corazón, foi lançada por uma coligação de 14 forças opositoras, canalizando o sen-

timento antiditatorial. Um relatório do Departamento de Estado, avalia que uma vitória de Marcos "só pioraria a situação, só deixaria alternativas radicais, especificamente comunistas".

O temor dos imperialistas é relativo ao crescimento da guerrilha conduzida no interior do país pelo Novo Exército do Povo (NEP). De acordo com levantamentos da CIA, o NEP já contaria com 15 a 20 mil combatentes e cerca de 1 milhão de simpatizantes. Ainda segundo a CIA, os guerrilheiros estariam presentes em 80% das regiões e controlariam 20% do território filipino.

Tudo indica estar em curso nas Filipinas uma manobra do imperialismo para resguardar sua área de influência de uma rebelião popular. Para tanto, os EUA sabem ser indispensável a substituição de Marcos, odiado pelo povo e desmoralizado junto à opinião pública mundial e americana. É significativo o pronunciamento do governo ianque sobre o impasse eleitoral: saudando a "evidência de um forte sistema bipartidário", Washington aproveita para recomendar a ambos os candidatos que "trabalhem juntos para formar um governo viável e sem violência".

A retirada de Marcos representa uma vitória para o povo filipino, que há 20 anos enfrenta a truculência de seu regime. A subida ao poder de um governo opositor abre espaço para a reconquista dos direitos políticos elementares negados pela ditadura e para que se criem condições mais favoráveis para o avanço da luta pela completa libertação do país do domínio norte-americano e da miséria que castiga seu povo.



No fuzil do soldado filipino, a propaganda eleitoral de Ferdinand Marcos

Crescimento da Albânia em 85

Em sessão solene dedicada ao 40º aniversário da República, a Assembléia Popular da Albânia fez uma avaliação sobre o cumprimento do plano e do orçamento do Estado em 1985 e aprovou o plano para 1986. Em relatório apresentado em nome do Conselho de Ministros, Niko Gjyzari, presidente da Comissão do Plano de Estado, destacou que o plano de desenvolvimento foi ultrapassado em alguns setores importantes da indústria como a extração de carvão, cromo, cobre e betume natural, nas indústrias mecânica e madeireira. Também houve aumento considerável na produção de alimentos, produtos de metal e eletrodomésticos e no artesanato.

A produtividade do trigo cresceu 2,3 quilos por hectare e, a exemplo do que ocorreu com o algodão, atingiu o maior índice obtido na história do país. Foram registrados bons resultados na produção de fumo, legumes, derivados de girassol, enquanto que a produção de feijão dobrou, apesar da seca que castigou duramente o país.

Neste período começaram a funcionar mais de 120 obras sócio-culturais e de produção como a primeira turbina da central hidroelétrica Enver Hoxha, em Koman, os trechos das estradas de ferro que ligam Shkodra a Hani e Fier a Vlora e diversas indústrias alimentícias e de material de construção. A capacidade de irrigação cresceu 7,4 mil hectares.

Terrorismo de Israel erra alvo

Sob o pretexto de que a bordo viajavam "pessoas suspeitas de envolvimento em atentados anti-israelenses", aviões de combate de Israel interceptaram, no dia 4, um avião executivo líbio em pleno espaço internacional e o obrigaram a aterrissar em território israelense, onde seus nove passageiros e três tripulantes foram interrogados.

No avião - que fazia a rota Trípoli-Damasco - não foi encontrado nenhum dos "terroristas" procurados pelo governo israelense e o chefe do Estado-Maior de Israel, Moshe Levy, justificou-se afirmando que "o procedimento foi correto, embora o resultado tenha sido um fracasso".

A Líbia protestou contra esse "ato de pirataria aérea" e denunciou os EUA por cumplicidade, dizendo terem partido dos navios da VI Frota, estacionados no Mediterrâneo, as informações sobre o plano de vôo do avião seqüestrado.

O fato insere-se no clima de tensão do mar Mediterrâneo, desencadeado pelas provocações dos EUA, com suas ostensivas manobras militares navais e aéreas, em frente às costas líbias depois do fracasso de Washington em conseguir a adesão de seus aliados europeus ao embargo econômico contra a Líbia (acusada pelos EUA e Israel de apoiar o "terrorismo internacional").

Economia parasitária nos EUA

Os Estados Unidos bateram um novo recorde na balança comercial, cujo déficit atingiu a astronômica quantia de 148,5 bilhões de dólares - o que equivale a aproximadamente uma vez e meia a dívida externa brasileira. As importações somaram 361,6 bilhões de dólares contra 213,1 bilhões de exportações. Houve uma elevação percentual de 20,4% em relação ao resultado do ano passado (quando o saldo negativo chegou a 123,3 bilhões de dólares, maior do que todos os anos anteriores), tendo as importações crescido 6% e as exportações declinado 2,2%.

O Japão desponta como o principal vendedor para o mercado norte-americano, tendo exportado 49,7 bilhões a mais do que importou. Mas o centro do imperialismo ianque também fechou a balança comercial no vermelho no intercâmbio mantido com praticamente todos os países do mundo: com a Europa, o déficit foi de 27,4 bilhões de dólares; com o Canadá, de 22 bilhões; com Formosa, de 13,1 bilhões; com os países membros da OPEP, de 11,6 bilhões. Também teve grandes saldos negativos com Hong Kong, México, Brasil e Coreia do Sul.

O déficit comercial dos EUA revela a brutal e irresistível tendência do imperialismo ianque ao parasitismo. Quase tudo que se consome no país é produzido em outras nações.

Militarização de Honduras

A administração Reagan apresentou ao Congresso, na primeira semana de fevereiro, um projeto de ajuda militar a Honduras de 50 milhões de dólares, do qual fazem parte a instalação e construção de obras de infra-estrutura que desmentem as afirmações do governo norte-americano de que a presença militar dos EUA no país tem caráter temporário. As instalações servirão para apoiar os serviços de espionagem dos EUA sobre a Nicarágua e a guerrilha de El Salvador.

Mortes no campo salvadorenho

"Terre des Hommes" e "Medico International", duas organizações com sede em Bonn, enviaram uma carta ao presidente salvadorenho, Napoleon Duarte, protestando contra uma ação militar na região do vulcão Guazapa, que já teria provocado a morte de 1000 camponeses. Segundo as duas organizações, a operação contra a guerrilha viola a Convenção de Genebra ao desalojar pela força a população civil da zona.

No mesmo dia, cerca de 1.000 pessoas também protestaram em San Salvador contra os sucessivos bombardeios que a Força Aérea está realizando na zona de Guazapa e exigiram que o governo indenize os habitantes da região pela destruição de suas casas e plantações. Segundo o Exército salvadorenho, 427 pessoas da região foram detidas, sob a acusação de colaborar com a guerrilha.

Cardeal sandinista age

O governo sandinista divulgou um comunicado oficial condenando o cardeal d. Miguel Obando y Bravo, que passou quase um mês nos EUA denunciando a "perseguição" à igreja católica na Nicarágua.

"A visita do cardeal aos EUA e os seus ataques estão ocorrendo precisamente quando o governo Reagan lança uma nova campanha contra o nosso país, no intuito de convencer o Congresso norte-americano a autorizar o fornecimento de ajuda militar à contra-revolução. O cardeal Obando, que não disse uma única palavra sobre a agressão mercenária, que custou mais de 11.000 vidas, inclusive mulheres, crianças e velhos, foi nos acusar perante os nossos agressores, aderindo dessa forma, a uma campanha indigna do seu alto posto e de sua missão sacerdotal." (17/2/86, comunicado).

Orestes Quércia é favorável à coligação com comunistas

O vice-governador Orestes Quércia já é o virtual candidato do PMDB ao governo de São Paulo nas eleições de novembro. A decisão deve ser formalizada em março, numa consulta aos peemedebistas, uma vez que o ex-prefeito da capital, deputado Mário Covas, também pleiteia a candidatura. Porém desde a prévia realizada em dezembro e a Convenção de janeiro, onde Almino Affonso, aliado de Quércia, assumiu a presidência regional do partido, os observadores não vacilam em dar o assunto por encerrado.

Ex-vereador e prefeito de Campinas, senador eleito no maré emedebista de 1974, 47 anos, Quércia opina, nesta entrevista exclusiva para Pedro de Oliveira e Bernardo Joffily, da *Tribuna Operária*, sobre algumas questões definidoras da campanha paulista. Aponta os erros do PMDB na eleição passada, defende uma candidatura de massas, considera que há "uma unanimidade" em empurrar a campanha mais para a esquerda e toma posição a favor de uma coligação com os comunistas.

TO: O PMDB foi derrotado nas eleições municipais de São Paulo. Que ensinamentos haveria a tirar da campanha e da derrota?

Quércia: Muitos. Eu sou daqueles que entendem que o PMDB acabou perdendo a eleição por falhas de condução da campanha, no uso da televisão e da ação do candidato. Eu disse ao Fernando Henrique, um mês antes, que eu entendia que ele devia sair às ruas de manhã até à noite, cumprimentando todo mundo, e que o uso da televisão tinha que ser modificado...

TO: Isto significa que o sr. está disposto a ir às portas de fábrica, aos bairros de periferia e tudo?

Quércia: Esta é que tem que ser a campanha do PMDB. O PMDB sempre foi um partido popular. Nós temos que levar a mensagem junto ao pessoal mais pobre. É isto que eu pretendo fazer. Mesmo...

TO: Como o sr. vê a figura Jânio Quadros, agora ressurgida?

Quércia: Eu acho que o Jânio representa o esquema reacionário, antigo, enquanto posição política. Mas essa eleição se deu não em função de que a direita tenha mais poderes. Eu acredito que foi possível a figura de Jânio ressurcir à cena política em razão de muitas falhas de condução do processo, por parte do PMDB principalmente.

TO: É, mas o fato é que foi possível, e agora ele apóia o dr. Olavo Setúbal, que se apresenta como civilizado, liberal. Como o sr. avalia a candidatura Setúbal?

Quércia: Eu sempre respeito os adversários, mas o Setúbal... Ele é banqueiro, representa os grupos mais poderosos do Brasil, que sempre estiveram muito aliados com os grandes interesses estrangeiros, contra o povo brasileiro. Por isso eu não tenho receio da candidatura dele.

TO: O PC do B manifestou interesse em coligar-se ao PMDB. Como o sr. avalia uma coligação com os comunistas?

Quércia: Olha, eu já conversei com diretores do PC do B e também do PCB. E eu, pessoalmente, sou favorável à aliança, à coligação. É evidente que, como houve problemas na questão da Prefeitura, é um assunto que o PMDB deve decidir. Eu até já falei sobre este assunto com diversos companheiros, acho que deve ser discutido pelo partido e que eu, pessoalmente, sou favorável.

TO: No sentido de empurrar a campanha mais para a esquerda? Quércia: Esta é a idéia. Parece que há uma unanimidade neste sentido.

TO: Na escolha da Executiva do PMDB, parece que ficaram certas feridas não saradas. O sr. não temeria uma... pouca boa vontade dos que se sintam excluídos ou subestimados?

Quércia: Não acredito nisso não. O que há é uma exploração de certos setores da imprensa, de que houve um "rolo compressor". Nada disso é verdade. Houve uma prévia, essa prévia mostrou uma tendência favorável ao meu nome, e a composição foi feita através de negociações. Ninguém impôs nada. Foi feito um acordo, difícil, complicado, mas foi feito



Praticamente definido como candidato, ele quer a campanha logo nas ruas

acordo. E todo mundo votou na chapa. Então, não vejo razão para alguém achar ruim.

TO: Na campanha de 85, nem todo o PMDB encontrou espaço e participou no nível desejável. Isto não poderá voltar a ocorrer em 86?

Quércia: Eu tenho absoluta convicção de que se for eu o candidato não vai haver limitação para nenhum setor participar da campanha. Ao contrário, eu vou incentivar a participação de todos, o que não ocorreu, efetivamente, na campanha para prefeito - mas vai ocorrer na minha.

TO: Como o sr. vê a eleição para a Assembléia Constituinte?

Quércia: São Paulo leva uma desvantagem na Constituinte, na medida em que nós vamos eleger 60 deputados quando deveríamos eleger 100, pela proporção dos habitantes. Isso é um designio do "Pacote Abril" que ainda vigora e que é um absurdo maior, na candidatura ao governo, de participação na questão da Constituinte. Eu coloco isto até como prioridade.

"Daqui para frente vai ser muito mais para a esquerda, não tenha dúvida"

TO: Dentro desta problemática mais de fundo, como o sr. vê a questão da dívida externa?

Quércia: Eu pessoalmente acho a situação do país muito difícil por causa da grande dívida que foi contraída, com muita irresponsabilidade, no regime anterior, com muita incompetência e falta de patriotismo. Ela é o grande nó górdio que o Brasil enfrenta: é um absurdo se pagar 10 bilhões de dólares de juros por ano. Nós temos que fazer alguma coisa, ter uma bandeira, até para pressionar o governo federal. Porque eu coloco muito isto: o PMDB sendo governo na área federal, que é uma aliança, nós temos que ter uma postura crítica com relação ao governo; pressionar o governo se for preciso. Então eu acho que nós devemos ter uma bandeira.

TO: A opinião pública se chocou com episódios de repressão do tipo de Guariba, de São Caetano, da Prefeitura de São Paulo mesmo, envolvendo a PM do Estado. Como o sr. encara esta questão da ordem pública e do direito de manifestação?

Quércia: Olha, eu encaro com o pensamento que eu entendo ser o de um democrata. Acho que não se pode coibir manifestações de ninguém, impedir ninguém de se manifestar. Evidentemente há critérios de proteção do bem público, não é? Só porque é livre o camarada não vai lá e derruba o palácio do governo, bate no governador... Isso não. O que você não pode é, em nome da ordem, impedir a livre manifestação. Não pode. É nesse limite que você é autoritário ou não é. Nessa área cinzenta da decisão, pelo meu passado eu

garanto que as minhas decisões vão ser no sentido de não ser autoritário de maneira nenhuma, ser o mais democrata possível.

TO: Como o sr. avalia a proibição de manifestações na Prefeitura, decidida por Jânio?

Quércia: Acho um absurdo. Evidentemente, se alguém foi lá derrubar o prédio dele, tem de defender o prédio. Agora, manifestações são um direito legítimo que ninguém pode proibir. Ai é oprimir.

TO: Quando o sr. passa de candidato virtual a candidato mesmo, em campanha?

Quércia: Nós estamos num processo de entendimento para ver se vai haver uma prévia dentro do PMDB, entre eu e o Mário Covas, que somos os candidatos do partido. Há uma tendência para que essa prévia seja o mais rápido possível - porque enquanto isso o Maluf está trabalhando, está todo mundo trabalhando. Hoje, eu estou aqui, almocei com o Almino, vou jantar com o Severo, e eu deixo estar é pelo interior, ou nos bairros da capital. Eu espero que nós possamos superar rápido tudo isso e ir para a rua.

TO: O sr. vê possibilidade de uma coligação Maluf-Setúbal?

Quércia: Acho que não. Tenho visto o Maluf trabalhando bastante...

TO: Ele seria o "Suplicy do dr. Olavo"?

Quércia (rindo): Ou o Suplicy fica sendo Suplicy outra vez... Ninguém sabe, não é? Ou o Suplicy repete a dose do lado de cá...

TO: O sr. teme defecções no PMDB?

Quércia: Olha, se houver defecção, tudo bem. O que precisa é rapidez na defecção, não é? (Ri) Se alguém quiser sair do partido, tudo bem, o que se vai fazer? Agora, é preciso defectar logo, não é?

TO: O sr. tem sido acusado de ser da ala "não progressista" do PMDB. Como o sr. se situa sob este prisma?

Quércia: Olha, isto nunca me ocorreu antes. Eu já fui vereador, prefeito, senador... E mesmo antes das eleições de 1982 sempre fui acusado do contrário - de ser muito ligado às alas de esquerda. Então, é a primeira vez que eu sou acusado de ser conservador. Isso daí é uma orquestração de certos setores dentro do PMDB, que têm influência na imprensa.

A minha tradição é de ser um homem sempre ligado à esquerda. Então eles estão tentando, até com relativo sucesso, impingir a idéia de que eu na verdade sou um conservador. O que não é realidade. Porque, como diz o ditado popular, "falar, papagaio também fala", repete o que os outros falam. Eu acredito que a minha vida política seja um demonstrativo do contrário, de que minhas ações políticas têm sido em sentido contrário.

TO: O sr. concorda que, apesar da vitória da direita em São Paulo nas últimas eleições, o ponteiro da realidade política está apontando mais para a esquerda?

Quércia: Sim! E daqui para frente vai ser muito mais. Muito mais para a esquerda, não tem dúvida. É a história.

Ministério frustra anseio de mudanças

Sem entusiasmo, ficou definido o novo Ministério escolhido pelo presidente Sarney. Poucas mudanças em relação à antiga equipe - basta dizer que dos 27 nomes, 16 permaneceram. Em particular na área econômica não houve alteração. Prevaleceu o jogo de interesses menores, dos grupos, em contradição com a exigência de transformações profundas e urgentes e com o resultado das urnas nas últimas eleições municipais.

Uma das questões-chave para que a Nova República possa cumprir suas promessas é a dívida externa. Mas logo no início, quando Tancredo indicou Francisco Dornelles para o Ministério da Fazenda, o povo percebeu que existiam acordos firmados com os banqueiros internacionais para não prejudicar seus interesses. Foi portanto com certa esperança que se assistiu a substituição de Dornelles por Dilson Funaro. Mas, afora uma linguagem mais dura e certas medidas secundárias de resistência ao FMI, a política econômica permaneceu baseada no pagamento religioso dos juros da dívida, na "rolagem" do principal e impatrioticamente, na entrega das empresas estatais com a chamada privatização - na prática, desnacionalização. Pois agora, com a manutenção dos ministros desta área, fica evidente que tais orientações correspondem ao pensamento oficial do governo e vão ter continuidade. E, logicamente, que vão se agravar os conflitos com os trabalhadores.

ACOMODAÇÃO DE FORÇAS

As substituições revelam muito mais um acomodamento das forças de sustentação do governo do que alterações visando o interesse popular. Foi extinto o inócuo Ministério da Desburocratização. Mas em seu lugar aparece o da Irrigação, também de utilidade duvidosa - provisório e voltado basicamente para a aplicação do Programa de Irrigação do Nordeste.

Prevaleceu o critério das pressões políticas, a ambição por cargos e áreas de influência. E, neste sentido, a formação do Ministério não atende aos anseios de mudanças reclamadas pela nação. A própria indicação de mais de dois nomes do PFL - que passou a ter seis ministérios - não corresponde ao resultado das eleições de novembro pois este partido só conseguiu algum



Funaro se mantém no Ministério de Sarney, o que indica que a política econômica do governo não sofrerá as mudanças tão reclamadas pelo povo. Bornhausen e Celso Furtado são os novos ministros, mas nada tem a ver com os cargos que ocuparão.



Foto: Claudio Versiani

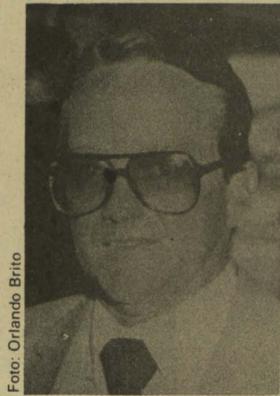


Foto: Orlando Brito

êxito em São Paulo, em coligação com o PTB no apoio a Jânio Quadros. O sistema de apoio a Sarney distancia-se do sentimento popular.

Não se pode dizer que certos nomes sejam "incompetentes". Não é esta a questão chave. Celso Furtado é conhecido e respeitado como economista. Mas não foi certamente esta capacitação que o levou ao Ministério da Cultura. Não foi também a formação de administrador que levou Jorge Bornhausen à pasta da Educação.

MILITARES MANTIDOS

Outra questão que salta aos olhos é a manutenção dos seis Ministérios militares - e com os mesmos ocupantes indicados por Tancredo. É a prova de que, permanecem intactos os acertos com os generais, que garantiram a "transição" para um governo civil e continuam servindo para sus-

tentar o governo Sarney - em prejuízo das transformações almeçadas pelos brasileiros.

Por outro lado, pode ser considerada uma vitória democrática a manutenção do ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro. Não tanto pelo que realizou, uma vez que foi obrigado a sucessivos recuos no Plano Nacional de Reforma Agrária, mas pelo que representou como adversário dos setores mais empedernidos do latifúndio. Também constituiu um êxito para as correntes patrióticas e democráticas a saída de Roberto Gusmão, um conservador e entreguista desavergonhado, que ocupava o Ministério da Indústria e Comércio.

A composição do Ministério revela as dificuldades do governo. Sem um esquema próprio de sustentação política, sem apoiar-se corajosamente na mobilização de massas, Sarney é obrigado a arranjos de toda sorte, na desesperada tentativa de agradar a gregos e troianos. Por isto, toma certas medidas democráticas e ao mesmo tempo faz concessões à direita. Protesta diante da arrogância do FMI, mas capitula na prática ao adotar receitas ditadas pelo capital estrangeiro. Neste jogo desgasta-se, cria insatisfação entre o povo e caminha cada vez mais no rumo do conservadorismo, frustrando a expectativa de mudanças criada pelo surgimento da Nova República.

(Rogério Lustosa)

Falece um lutador do povo

Faleceu tragicamente no dia 12 de fevereiro o companheiro Cícero Mavia Pedro, vítima de uma descarga elétrica de um raio, no litoral norte do Estado de São Paulo.

Cícero era técnico em eletrônica e psicólogo, funcionário do Hospital das Clínicas e secretário geral da Associação dos Servidores do Hospital. Inteiramente dedicado à defesa dos direitos dos funcionários do HC, Cícero deixou sua marca de combatividade na associação seja durante as campanhas salariais e lutas grevistas como no dia a dia de seus associados. Antes de eleito para a diretoria da Associação já se destacava como membro da Cipa do Hospital das Clínicas.

Amigo da Tribuna Operária, Cícero também era filiado ao Partido Comunista do Brasil, onde era dirigente distrital do Diretório de Pinheiros. O Comitê Regional do PC do Brasil divulgou uma nota sobre seu exemplo de luta destacando: "Em sua atividade diária Cícero ganhou respeito não somente de seus companheiros de categoria mas também do corpo médico do Hospital. Se impôs como liderança pela coerência entre suas idéias e a prá-

tica, tornando-se uma referência na luta de sua classe e um interlocutor indispensável nas articulações associativas junto às diversas forças políticas que atuam no funcionalismo. Empunhou com garra a bandeira do socialismo científico".



Uma lei de defesa contra o Estado antidemocrático

Apesar do recesso parlamentar, o anteprojeto de Lei de Defesa do Estado Democrático desencadeou em seus poucos dias de vida uma acalorada discussão. E não é para menos: a LDED penaliza crimes tão familiares aos brasileiros como o genocídio, as torturas e desaparecimentos, conspirações e golpes de Estado, fraude eleitoral, inclusive a eletrônica.

O ponto mais importante do anteprojeto é o seu penúltimo artigo, que, conforme a praxe, revoga as "disposições em contrário" e, ao fazê-lo, joga uma pá de cal na triste-mente célebre Lei de Segurança Nacional.

Para elaborar o texto, o ministro Fernando Lyra, da Justiça, solicitou o concurso de quatro juristas de tradição democrática - um deles foi cassado pela ditadura, outro projetou-se como defensor de presos políticos - que, após discutirem, optaram expressamente pela redação de uma nova lei. A velha LSN, moldada segundo a matriz fascizante da "doutrina de segurança nacional", foi sumariamente para a lata de lixo.

Não é este, contudo, o aspecto que alimenta a polêmica atual. A esta altura da transição democrática, não se

acha mais quem tenha o topete de vir à público defender a "doutrina da segurança", embora existam os que, no fundo, teimam em se guiar por ela. O debate, hoje, gira em outro eixo. E aborda questões de primeira ordem, inclusive para o processo constituinte que se inicia este ano, com as eleições de novembro.

Trata-se apenas de um início de discussão, que deverá ganhar impulso em março, com a abertura do ano parlamentar. Dentro da flutuante correlação de forças atual, o Legislativo poderá ainda livrar a LDED de muitas das suas limitações e concessões descabidas, ou, ao contrário mutilar seu sentido democratizante. De qualquer forma, para o movimento operário e popular, coloca-se desde já a necessidade de firmar posi-

ções claras e interferir com independência para melhorar esta correlação.

LEI ESPECIAL OU NÃO?

Os críticos mais ferrenhos da nova lei situam-se nas hostes do conservadorismo autoritário, mas também entre os liberais de tipo acadêmico. Estes últimos utilizam, com insistência o argumento de que a LDED é uma lei especial e, portanto, incompatível com a democracia.

É um ponto de vista que merece exame. De fato, ao longo de toda a resistência à ditadura militar, os democratas coerentes sempre apontaram tais leis especiais, sobretudo a LSN, como exceções inventadas pelos generais no poder apenas para dar ao arbítrio uma roupagem jurídica. A consequência deste posicionamento era a luta pela revogação (e jamais pela reforma) da LSN e demais leis de exceção.

É verdade, igualmente, que o modelo padrão de regime democrático dispensa a existência de leis especiais, mais ainda de defesa do Estado. Contenta-se com a Constituição e com leis ordinárias, via de regra agrupadas em códigos de direito penal, civil, trabalhista etc.

Ocorre que a discussão não se dá em algum país modelar, mas num Brasil muito concreto, bem no meio de uma transição democrática conflituosa e desigual, que convive com uma montanha de "entulho autoritário", não só de leis, mas também de instituições, hábitos e vícios deixados por duas décadas de ditadura. Esta transição passa pela Constituição, que deverá dotar o país de uma nova Carta Magna e servir de base para um novo edifício jurídico - ao que se espera um edifício solidamente democrático, progressista, e também eficaz. No processo

constituinte, é fatal e indispensável que um dos centros do debate seja a defesa do regime democrático. Mas, e até lá? Até lá, é perfeitamente razoável que vigore uma lei, ainda que especial, destinada a coibir os golpistas, conspiradores, torturadores e companhia, que continuam na praça, e não dormem.

Por isso a LDED tem sido saudada, inclusive por juristas como o professor Gofredo da Silva Teles, que têm formação liberal mas também sensibilidade democrática para enxergar além dos limites estreitos do academicismo.

DEFENDER DE QUEM?

A nova LDED difere qualitativamente da velha LSN principalmente por inverter, no fundamental, o seu gume.

A LSN, em suas versões de 1967, 1969, 1978 e 1983 (ou mesmo na primeira todas, de 1935), tem como alvo os simples cidadãos, a sociedade civil, o povo. É a arma do Estado autoritário, todopoderoso, para "defender-se" da nação que o repele. Sua base conceitual está em teses da "doutrina de segurança" como as do "inimigo interno" e da "guerra revolucionária". O Estado é visto como em guerra permanente com um adversário tão difuso e disseminado que termina se confundindo com tudo e com todos.

A LDED, ao contrário, não só abandona essa concepção como tira algumas conclusões bastante oportunas da experiência ditatorial no Brasil e em países vizinhos. Classifica como crimes, e penaliza a guerra de conquista, o genocídio, a tortura, os desaparecimentos, o golpe de Estado e a conspiração visando deflagrá-lo, atentados contra partidos políticos, coação eleitoral, as fraudes eleitorais, inclusive as eletrônicas, o abuso eleitoral do poder econômico, a perseguição a

minorias...

Ora, estes foram, precisamente, alguns dos crimes cometidos pelo Estado ditatorial militarizado a partir de 1964. Neste sentido, a "Lei de Defesa do Estado Democrático" bem poderia chamar "Lei de Defesa Contra o Estado Antidemocrático" - e aí está provavelmente o seu mérito maior. Como disse um dos membros da comissão que elaborou o texto, doutor Evaristo de Moraes Filho, "a questão fundamental é a necessidade de haver uma lei que impeça que a oposição possa ser sufocada".

Esta ótica não só "realiza total inversão na concepção prevalente nas leis anteriores" - como apontam seus redatores. Contrária também uma tendência dominante há algum tempo, mesmo entre os regimes democrático-burgueses mais sólidos, no sentido de armar o Estado contra os cidadãos, muitas vezes mutilando ou tornando condicionais as próprias liberdades e direitos previstos nos textos constitucionais. É também um ponto de partida importante para o debate constituinte sobre o assunto.

NEM TUDO MUDOU

Juntamente com estes elementos de avanço, o anteprojeto divulgado tem também aspectos com sinal invertido, e até pontos de contato com a antiga legislação ditatorial que solta agora seu último suspiro.

O ponto que tem sido mais bombardeado é o Artigo 45º, que permite "a intercepção de correspondência e comunicação telefônica" de um "suspeito", em contradição aberta com a Constituição, que diz: "É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas". A alegação de que outros países tidos como democráticos também permitem a intercepção não se sustenta, pois trata-se evidentemente da violação de um direito. O que se exigiria, ao contrário, é a penalização dos elementos, muitos deles funcionários estatais, que nos últimos anos se dedicaram - e ainda se dedicam - a violar e censurar a correspondência e comunicações telefônicas de quem bem entendem.

Há ainda outras questões inexplicáveis de um ponto de vista democrático. Em especial, a LDED mantém parcialmente a norma da LSN, de submeter civis ao julgamento da Justiça Militar mesmo em tempo de paz. Por mais que se tergiversa, não há como escapar ao fato de que, nestas condições, os Tribunais Militares são na verdade tribunais de exceção. Trata-se de uma concessão ao militarismo, e o fato dela aplicar-se apenas a alguns dos crimes previstos só faz evidenciar sua incongruência.

Com a mobilização da sociedade civil, podem se criar condições capazes de levar o Congresso Nacional a suprimir estes e outros aspectos antidemocráticos do anteprojeto, consagrando a remoção daquele que é sem dúvida o pior "entulho autoritário" deixado pela ditadura. (Bernardo Joffily)



Jagunço: assassino "legal", conforme a TFP

TFP incita à violência reacionária no campo

A famigerada TFP (Sociedade Brasileira para a Defesa da Tradição, Família e Propriedade) voltou a ocupar as páginas dos jornais nos últimos dias para incitar os latifundiários a contratarem bandos de jagunços para defenderem-se da reforma agrária e das ocupações promovidas por posseiros.

A organização, que esconde sob o manto do fanatismo cristão propósitos e atitudes extremistas de direita, divulgou dois misteriosos "pareceres jurídicos" elaborados com o objetivo de conceder estatutos de legalidade a práticas criminosas e bandoleiras levadas a efeito por grandes fazendeiros.

Os dois "pareceres" são, para dizer o mínimo, de um reacionarismo exacerbado. Um deles, produzido pelo advogado paulista Silvio Rodrigues, afirma que a legislação autoriza o latifundiário (pessoa jurídica ou física) a constituir "um corpo de guardas para exercer a vigilância dos bens que detém, guardas esses treinados e habilitados para desempenharem a função que lhes foi confiada". Trata-se, em primeiro lugar, de uma defesa aberta do uso de jagunços ou "milícias privadas" para assassinar trabalhadores rurais, o que já é realizado em larga escala atualmente. Mas salta aos olhos o aspecto principal: o incitamento subversivo à violência para defesa do latifúndio, sob o pretexto de "legítima defesa da posse".

Esta nova investida da TFP não surpreende. É até compreensível, e inevitável, que a organização (que existe em 6 países), sabidamente defensora de idéias as mais infames e caducas que se possa imaginar (anticomunista ferrenha, luta inclusive pelo restabelecimento da monarquia), tenha sua principal base de sustentação no latifúndio - classe retrógrada, fascista, desmedidamente contrária a todo e qualquer tipo de progresso social. Em várias regiões do país, por sinal, os membros da TFP agem em estreita ligação com pistoleiros para assassinar posseiros e sindicalistas rurais. Essa seita é antes de tudo, um agrupamento paramilitar a serviço da extrema-direita. Possui até mesmo centro de treinamento para seus membros. Inadmissível é que esse pequeno e ilegal exército do obscurantismo (com 1.500 membros) continue atuando livre e abertamente. As forças realmente comprometidas com o progresso do país cabe exigir que seja adotada aqui a mesma decisão do governo venezuelano, que simplesmente proibiu o funcionamento da TFP naquele país em novembro de 1984.

Conhecido serviço da direita chefia a PF de São Paulo

Ao que parece, a direita continuará com posse exclusiva dos órgãos repressivos, onde suas posições sofreram poucos abalos com o advento da Nova República. Recentemente, por duas vezes ela deixou bastante explícito este seu poder, por exemplo sobre a Polícia Federal. Primeiro foi a nomeação de Romeu Tuma para a direção geral da PF em Brasília. Depois, por indicação de Tuma, o delegado Marco Antônio Veronezzi passou a ocupar o cargo que ele deixou vago, de superintendente do órgão em São Paulo. A justificativa, do próprio Tuma, não poderia ser mais cínica: Veronezzi é "familiarizado" com as áreas política e sindical que, conforme prevê a repressão, estarão "agitadas" neste ano.

Veronezzi comandou pessoalmente o show de truculência da Polícia Federal contra o PC do B em outubro de 1984, uma ação claramente vinculada às iniciativas golpistas ocorridas no período e que compreendeu o sequestro e a prisão de dezenas de pessoas em vários Estados, apreensão ilegal de livros e revistas, invasão de sedes de entidades legalmente constituídas e outras violências características do regime militar. Foi também ele quem dirigiu inquéritos contra jornalistas desta Tribuna Operária com base na famigerada Lei de Segurança Nacional. Foram oportunidades em que Veronezzi mostrou o que é um serviço da direita, inimigo das forças populares. Por isto, chegou a ser considerado persona non grata do povo de Goiânia pelos seus representantes na Câmara de Vereadores, quando para lá se dirigiu com o fim de ouvir comunistas indicados com base na LSN.



Uma lei que põe fim à censura governamental

No dia 4 o ministro da Justiça, Fernando Lyra, entregou ao presidente José Sarney o anteprojeto de lei de censura aos espetáculos e diversões públicas. Levando em conta sugestões de uma comissão de artistas e intelectuais liderada por Chico Buarque, além das contribuições de vários encontros que discutem o tema, o anteprojeto deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, em data ainda não fixada, para votação.

Trata-se de um documento que determina ser "dever do Estado assegurar a liberdade de criação e de expressão", e institui a classificação de espetáculos e diversões públicas por faixa etária ou horária - no caso de exibição por rádio e tevê. Mesmo essa clas-

sificação poderá ser sugerida pelo produtor de espetáculo ou empresário de diversão, e os menores de 18 anos poderão ter "livre acesso a espetáculo ou diversão pública quando acompanhado de um de seus pais ou responsável legal".

Pelo anteprojeto é criado o Conselho de Defesa da Liberdade de Expressão, órgão de deliberação coletiva, vinculado ao Ministério da Justiça e integrado por 15 membros indicados pelos Ministérios da Justiça, Educação, Cultura e das Comunicações; pela Associação Brasileira de Imprensa, Ordem dos Advogados do Brasil, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, entre outras entidades.

Se aprovado esse anteprojeto, episódios como o do filme "Je vous salue Marie", por exemplo, já não ocorrerão.

Contudo, o povo não estará livre da censura do capital. Continuarão os preços proibitivos em espetáculos e obras artísticas. Continuará também a censura patronal, com a qual a Rede Globo, por exemplo, pode simplesmente vetar a transmissão de programas que não rezem pela sua cartilha em suas emissoras. Mas estes já não são problemas do próprio sistema capitalista, que só serão resolvidos com sua substituição por um modelo mais avançado de sociedade, o socialismo.

OPINIÃO

Veto antidemocrático

O presidente José Sarney desrespeitou um princípio elementar da democracia ao proibir, dia 4, o filme francês "Je vous salue Marie".

Não cabe aqui entrar no mérito da obra. O que tem relevância no episódio é o princípio da liberdade de expressão artística, que foi violado. Os brasileiros devem ter o direito de ver os filmes que bem entenderem, sejam bons ou ruins, polêmicos ou não, católi-

cos, anticatólicos, ateus, xiitas ou o que forem.

O Estado democrático, por definição, é laico. Não se envolve com dogmas e preceitos de qualquer religião, inclusive para respeitar a liberdade de convicções religiosas. Ao lançar mão de um dispositivo herdado da ditadura para atender à pressão descabida da hierarquia católica, Sarney enveredou por uma perigosa contra-mão inquisitorial, que só interessa aos obscurantistas.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Uma campanha de tipo diferente

Para as classes dominantes as eleições significam uma disputa entre diversos grupos por certas reformas no sistema político e econômico e pelo controle de postos-chaves no comando do aparelho estatal. Para o proletariado, pelo contrário, trata-se de uma oportunidade para mobilizar forças para exigir seus direitos, denunciar a exploração capitalista, fazer propaganda de sua política revolucionária e das idéias socialistas, eleger um certo número de representantes dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, ajudar a formação de uma bancada democrática.

ATIVIDADE SUBORDINADA

Para as classes dominantes, a atividade parlamentar é o processo para acertar as coisas entre seus diversos segmentos e decidir, sem confrontos violentos, como administrar as riquezas produzidas. Para os trabalhadores, por sua vez, esta é uma atividade subordinada à sua luta geral por um novo sistema social. Por mais importante que possa ser em determinada situação, uma vez que possibilita uma comunicação ampla e aberta com as massas e a conquista de certas reivindicações básicas, não pode jamais se transformar num fim em si mesmo. A atuação legislativa é sempre limitada à reformulação de certos aspectos do sistema dominante, não tem o poder de substituir o capitalismo pelo socialismo.

Estas diferenças essenciais não podem levar a uma subestimação da luta parlamentar. Não se trata de deixar de lado esta frente de combate, o que facilitaria as coisas para os opressores. Mas é essencial definir acertadamente o conteúdo da atuação do proletariado, tanto na etapa da campanha eleitoral quanto durante o mandato de seus representantes.

MÉTODOS DIFERENTES

Na campanha, em particular na atual, relacionada com a Assembléia Constituinte, as classes dominantes baseiam-se na propaganda de seus nomes, nos mecanismos de "marketing" vendendo uma determinada imagem simpática e aparentemente confiável, e no poder econômico para arrebatar votos. Apóiam-se igualmente nos poderosos meios de comunicação. Já os candidatos populares têm que centrar sua atividade no contato direto com as massas, nas fábricas, nas escolas, nos bairros e povoados. E na mobilização de milhares de ativistas e organização dos comitês em cada local. Desta forma podem discutir com o povo suas propostas, cujo teor difere radicalmente das classes dominantes. Por um lado vão contra a corrente, isto é, contra as concepções dominantes, por outro correspondem às necessidades objetivas dos trabalhadores e por isto mesmo possuem imenso poder de conquistar apoio popular.

A campanha dos candidatos burgueses apóia-se num grupo restrito de caciques que dispõem do capital e no círculo de afilhados que giram em torno. Enquanto isto os representantes dos trabalhadores, embora tenham um comando político obviamente centralizado, sustentam sua campanha na iniciativa de grupos de apoio que se formam por todo lado, puxados pelos elementos mais conscientes, despertando o poder inventivo das massas, recorrendo a exemplos vivos do dia-a-dia para calçar seus argumentos, buscando recursos junto aos oprimidos, que são os maiores interessados nas mudanças.

LEGENDA PRÓPRIA

Na batalha que já se iniciou pela Constituinte, pela primeira vez nos últimos 38 anos a classe operária disputará com a legenda de seu próprio partido, o PC do B. Tentaremos analisar nesta coluna a atividade e os princípios aplicados pelos candidatos do proletariado consciente.

(Rogério Lustosa)

O jogo das "sete irmãs" na nova crise do petróleo

Os preços do petróleo continuam caindo no mercado mundial, chegando na semana passada a 16 dólares o barril. Novos desequilíbrios e dolorosos reajustes de última hora na economia ocorrem. Fica patente, uma vez mais, que a exploração e distribuição do produto no sistema capitalista é irracional e contrária aos interesses dos povos.

O petróleo tem importância fundamental no processo de produção. Além de energético, constitui matéria-prima básica da indústria petroquímica, servindo inclusive para a produção de alimentos. É, porém, um recurso natural não renovável, finito e não reaproveitável, além de insubstituível em algumas de suas utilizações.

Por isto, sua produção e comercialização deveriam obedecer a critérios rígidos de racionalidade, evitando o consumo supérfluo e o desperdício. Mas o bom senso jamais predominou na exportação do "ouro negro". No regime de produção capitalista, sempre foi (e é) uma mercadoria como outra qualquer. A finalidade de sua produção não provém dos interesses e necessidades sociais, mas da ânsia por lucro característica do capital.

Há muito que a exploração do petróleo tornou-se um negócio exclusivo de um grupo muito pequeno de grandes capitalistas. Na década de 1880, a Standard Oil Company, criada por John D. Rockefeller com a fusão de 40 companhias, já controlava 90% da produção norte-americana de petróleo e derivados (que haviam sido descobertos poucos anos antes). Em 1928 foi estabelecido na Escócia o acordo que resultou na constituição do famoso cartel conhecido por "sete irmãs".

As "irmãs" sempre manobram com os preços do óleo

Desde então, as principais reservas mundiais foram "repartidas" e colocadas sob o tãco dos sete grandes trustes: cinco norte-americanos - Exxon, Mobil, Gulf Oil Company, Texaco e Standard Oil Company de California; a Bristish Petroleum, controlada pelo governo inglês e a Shell, por capitalistas ingleses, franceses e holandeses.

A luta das "irmãs" pela conquista do mundo é uma história interminável de golpes sujos, subornos e agressão à soberania dos povos. No México, em resposta à nacionalização da indústria do petróleo pelo presidente Lázaro Cárdenas, os trustes patrocinaram todo o tipo de chantagens e sabotagens; depois que encampou as empresas petrolíferas do Irã, em 1951, o 1º ministro Mohammed Mossadegh teve de enfrentar um pesado boicote econômico organizado pelos monopólios e acabou sendo derrubado em 1953 por um golpe de Estado dirigido pela CIA, que restaurou o poder do Xá e das indústrias do petróleo. A Guerra do Chaco, entre 1932 e 1935 entre Bolívia e Paraguai, foi fomentada pelos trustes, que também promoveram uma série de atividades subversivas da Venezuela e em outros países da América Latina e do mundo.

Rockefeller, que considerava o petróleo "o melhor negócio do planeta", recomendava a seus súditos: "Não se limitem a comprar as propriedades; compreendam também os donos delas". Palavras que, sem dúvida, foram e vêm sendo seguidas à risca.

Dominando a produção e



distribuição do óleo em todo o mundo, as irmãs mantiveram também sob controle o sistema de preços. Já em 1934, decidiram fixar o preço do barril em todo o mundo tomando como referência o custo nos poços norte-americanos, sabidamente mais caros. Por este e outros meios, as irmãs sempre obtiveram lucros extraordinários ao longo da história. Quase sempre os seus preços estiveram situados acima do valor do produto, muitas vezes em proporções alarmantes, ocasionando a queda dos rendimentos dos que o utilizam como combustível ou matéria-prima, espalhando a inflação, destruindo pequenos e médios empresários e impulsionando, desta forma, a concentração e centralização do capital.

Durante a "partilha" dos poços do Oriente Médio, no fim da Segunda Guerra, registraram-se pequenas escaramuças entre Roosevelt, presidente dos EUA, e Churchill, primeiro-ministro britânico. As autoridades norte-americanas diziam para quem quisesse ouvir: "Deve-se compreender claramente que o petróleo da Arábia Saudita é um dos maiores prêmios do mundo". Já Churchill, depois de obter a garantia do governo ianque de que não se meteria nos campos de petróleo do Irã e Iraque, retribuiu "dando-lhe a mais ampla garantia de que nem sequer cogitamos de traír seus interesses ou tentar suas propriedades na Arábia Saudita".

Na segunda metade dos anos 50, ocorreram problemas com a entrada no mercado internacional das pequenas companhias norte-americanas e empresas estatais, que chegaram a controlar 20% de alguns mercados europeus. As irmãs iniciaram, então, uma guerra de preços, com baixa geral para quebrar os "intrusos". O mundo foi inundado com óleo barato, o consumo subiu como nunca, o desperdício foi incalculável. Houve uma verdadeira devastação, animada pelas multinacionais.

Entre o final da Segunda Guerra e o início dos anos 70, gastou-se mais energia no mundo do que em todos os tempos anteriores. As irmãs acumularam (e transferiram para suas matrizes) um lucro líquido de 14,6 bilhões de dólares com seus

negócios no Oriente Médio.

Na década de 60, foi criada a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), cujo poder, entretanto, era minúsculo. De qualquer forma, em 1973, quando estourou a primeira "crise do petróleo", com os preços subindo assustadoramente, pareceu a muitos que se assistia ao declínio das "sete irmãs". A elevação dos preços aparentava ser obra apenas da OPEP ou de "um punhado de fedayin que se sentem no direito de arrasar o mundo só porque aconteceu de viverem em areias que guardam petróleo", conforme o comentário de uma revista inglesa.

O embargo promovido em reação à guerra árabe-israelense serviu de pretexto. Tudo indicava uma revolta de países do Terceiro Mundo contra o imperialismo ianque e as multinacionais. Porta-vozes do governo americano, por sinal, chegaram a ameaçar os "rebeldes" com a invasão militar. Nessas condições (suprema ironia), até o Xá do Irã e o rei Façal, destacados lacaios do imperialismo, puderam dar ares de grandes patriotas, anunciando que iriam dinamitar os poços de petróleo em caso de invasão. A crise, de fato, refletia contradições entre os EUA e os países produtores de petróleo, mas seus desdobramentos mostraram que ela não estava alheia aos interesses dos grandes monopólios.

Já em 1973, sintomaticamente, a revista inglesa *The Economist*, ligada à oligarquia financeira, publicou um artigo onde atribuía a "crise" às companhias petrolíferas - Exxon, Gulf, Shell etc. - que teriam estabelecido, por si mesmas, um sistema próprio de racionamento de petróleo em todo o mundo. Nesta época tiveram início as perfurações no Alasca e Mar do Norte, que exigiam pesados investimentos.

A Exxon ganhou, em 1973, mais dinheiro do que qualquer multinacional até então. O lucro líquido passou de 1,5 bilhão em 1972 para 2,4 bilhões de dólares, uma expansão de 59%. Em 1974, o resultado foi ainda mais espetacular: o lucro líquido de 3,1 bilhões de dólares (74% provenientes do exterior). Os lucros somados das sete irmãs em

1974, na maior "crise" chegaram a 11,65 bilhões de dólares a preços da época.

Assim, como disse Carlos Alberto Sandenberg no artigo "Uma pequena história dos grandes grupos de petróleo", as multinacionais "passaram por tudo esplendidamente. Quando o petróleo barato entrou em perspectiva de escassear, e surgiu a hora dos investimentos caros no Alasca e Mar do Norte, motivo pelo qual seus preços necessariamente haveriam de subir, passaram aos governos locais o 'trabalho sujo' de decretar os aumentos", cujos resultados (ou lucros) foram absorvidos por elas.

De fato, os preços subiam sem sequer o conhecimento dos membros da OPEP, durante as transações no mercado "spot" (para entrega a curto prazo). A organização, em suas reuniões, limitava-se a reconhecer o novo patamar e, de acordo com isto, fixar novos "preços de referência".

O processo de distribuição (onde se determinam os valores para a venda), bem como o refino, continuaram em grande parte sob controle dos trustes. De quebra, os aumentos serviram para igualar o preço do óleo extraído no Oriente Médio com o extraído nos EUA, atingiram duramente as economias europeias e japonesas (concorrentes dos EUA), permitiram que a administração Ford aumentasse para 30 bilhões de dólares os impostos oriundos de negócios com petróleo. Enfim, a "crise" só resultou em benefício para o imperialismo ianque.

Mas não foram apenas esses os meios pelos quais as fantásticas somas de dinheiro "transferidas" ao Oriente Médio e aos países produtores de petróleo, no final acabaram apropriadas pelo grande capital, em particular o norte-americano. Os países produtores, em sua quase totalidade, caracterizam-se pela completa dependência diante dos grandes países capitalistas ocidentais. Muitos, como a Argélia, Venezuela, Iraque, Nigéria, México, Indonésia, estão amarrados pela dívida externa.

Outros, que acumulam e gasta nestes países na balança comercial, desinvestem o excedente au-

mulado, comprando armas (para as guerras instigadas na região pelas duas superpotências) e investindo como a Arábia Saudita que, só no início da década de 80, aplicou 45 bilhões de dólares na Europa, Japão e EUA. Dois terços da fabulosa quantia constituem ações de empresas, depósitos em bancos e bônus do Tesouro norte-americano. Enquanto isto, 76% da população são analfabetos; como em vários outros países produtores, o povo vive na mais absoluta miséria, pisando um solo rico e explorado cruelmente pelas multinacionais e as classes dominantes locais. O jornal "Folha de São Paulo" chegou a informar que a soma de dólares investidos pelos magnatas do Oriente Médio nos bancos dos Estados Unidos chegou a 500 bilhões de dólares.

Capital financeiro apropriou-se dos lucros da "crise"

Assim, as grandes somas de dinheiro destinadas ao pagamento do petróleo transformaram-se nos chamados "petrodólares", sendo submetidos ao processo de "reciclagem" no sistema financeiro mundial - que, no caso, consistiu nos vultosos empréstimos aos países dependentes, agravando o problema do endividamento externo. É sempre bom lembrar que os interesses das grandes companhias do petróleo com o capital financeiro há muito estão entrelaçados; basta citar a família Rockefeller, que controla três dos maiores trustes - Exxon, Mobil e Standard of California - domina também um dos maiores grupos financeiros do mundo. Resta acrescentar que, com a "crise" as multinacionais encontraram maiores facilidades para impor novas concessões (no Brasil, por pressão da dívida, o governo Geisel capitulou aos interesses imperialistas, criando, em 1975, os famosos e ilegais "contratos de risco", pondo fim ao monopólio estatal sobre o petróleo.

Atualmente, com as quedas nos preços, tudo se passa como se fosse uma briga entre os membros da OPEP com o governo inglês e outros países produtores. A imprensa procura ocultar que quem domina a produção e distribuição tanto no Mar do Norte da Inglaterra como na maior parte do mundo, incluindo os países da OPEP (que hoje têm menor peso no mercado mundial, repondo apenas por 35% da demanda contra 60% em 1979), são as multinacionais. Também desta vez os efeitos da crise poderão ser favoráveis às grandes empresas, eliminando várias empresas que passaram a explorar o petróleo, em especial no Mar do Norte. Mas mostram-se desastrosos para muitos países e perigosos inclusive para a comunidade financeira internacional. O México, que tem uma dívida de 87 bilhões de dólares, exporta 1,5 milhão de petróleo diariamente - o que equivale a 75% de suas receitas com exportação - já anda mendigando 9 bilhões de dólares aos banqueiros em Nova York para pagar a própria dívida; a Nigéria decidiu limitar o pagamento dos juros a 30% de suas receitas com exportação; Venezuela e Indonésia também enfrentam graves problemas nas contas externas devido à queda dos preços. Aqui, no Brasil, fala-se em corte nos investimentos da Petrobrás e no Pró-Alcool, o que poderá resultar no aumento da dependência do país.

O fato é que nenhum benefício será sentido pelas grandes massas populares. As decisões, em todos os níveis, continuam a ser tomadas por uma elite financeira e industrial, em benefício dos interesses mais imediatos do grande capital. (Umberto Martins)

DE OLHO NO LANCE

DiplomaCIA!

Enormes interesses estão em jogo com a convocação da Assembléia Constituinte. Se o povo espera mudanças, as classes dominantes vão fazer tudo para que a nova Constituição mantenha seus privilégios. O capital financeiro internacional, como não podia deixar de ser, também está vivamente empenhado nesta batalha. Prova disto é a indicação do sr. Harry Shlauderman como novo embaixador dos Estados Unidos em nosso país.

Shlauderman tem uma longa trajetória na arte de unir a atividade da CIA com a atuação diplomática do imperialismo norte-americano. Foi figura chave nos acontecimentos da República Dominicana em 1965, quando tropas de diversos países - inclusive do Brasil - a serviço dos interesses ianques, sufocaram com sangue o movimento patriótico e democrático. Foi igualmente um dos principais articuladores do golpe militar que derrubou Salvador Allende no Chile. Foi indicado como "embaixador especial" na América Central por Ronald Reagan. E agora, quando a direita trata de se reorganizar em nosso país, para recompor-se da derrota sofrida com a campanha das diretas e depois com a escolha de Tancredo, este provocador profissional parece ser o homem talhado para orientá-la e dirigi-la de acordo com as aspirações EUA.

Nova etapa na luta pela unidade

POR UMA CGT FORTE



Desde a formação da CUT, em agosto de 83, o movimento sindical brasileiro tem convivido com o espectro da divisão, da fragmentação de sua força. Agora, em março próximo, será fundada a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que terá como um de seus principais objetivos manter a luta pela unidade. Com a existência de três centrais sindicais - CUT, USI e CGT -, o sindicalismo vive uma nova e delicada etapa.

Esta nova etapa é bastante complexa. Gera inúmeras dúvidas, entre as quais se destacam: Por que o movimento

sindical se dividiu e quais foram os principais responsáveis? Ainda é possível a reunificação do sindicalismo e de que forma? Qual das centrais sindicais existentes serve melhor aos interesses dos trabalhadores e à construção de um sindicalismo unitário, democrático, representativo e de luta?

Da resposta a essas questões depende a adoção de uma postura firme e conseqüente diante do complicado quadro atual.

Manobra da burguesia para dividir o sindicalismo

O processo de divisão sindical dos últimos anos representa uma indiscutível vitória da burguesia. De há muito que as classes dominantes empenham esforços para alcançar esse intento. Mas na nossa história elas nunca obtiveram êxito. No Brasil nunca proliferou o plurisindicalismo.

Só agora, no entanto, o patronato realiza seu velho sonho. E comemora! Recentemente o empresário Roberto Della Manna, diretor da poderosa Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), admitiu com certo ar de contentamento: "Não existe dúvida de que, se o movimento sindical estivesse unido, maior seria o poder de barganha deles" (os operários).

Para atingir esse objetivo, o de dividir os trabalhadores, a burguesia jogou pesado. Principalmente a partir do momento que sentiu que o regime militar desabava e de que a democracia impulsionaria as lutas trabalhistas, o patronato passou a desembolsar volumosa quantia de dinheiro para solapar e rachar as articulações intersindicais unitárias. E nesta tarefa suja, contou com a ajuda de vários fatores.

Um deles foi a própria fragilidade dos sindicatos pós-golpe militar de 64. Só para se ter uma idéia, cerca de 70% das entidades sindicais mais atuantes na década de 60 sofreram intervenção dos generais golpistas. Durante a longa noite da ditadura, o movimento sindical viveu castrado, sem representatividade na base, dominado pelo peleguismo, mais servil e corrupto. Num quadro de sindicatos fracos e imobilistas, concepções divisionistas encontraram certo terreno para germinar.

PT foi o fator dinâmico no processo da fragmentação

Mas o fator dinâmico que contribuiu decisivamente para a divisão foi, sem dúvida, o PT. Desde sua estruturação, esse partido reformista abraçou a bandeira de plurisindicalismo. Tanto que, logo no seu nascimento, contou com o reforço de antigos defensores da divisão artificial dos trabalhadores: agrupamentos trotskistas, setores da Igreja e intelectuais notoriamente vinculados à social-democracia européia.

Possuindo certa presença no meio operário, esta corrente serviu a contento aos interesses imediatos da burguesia. O objetivo do PT no campo sindical é simples: pretender ganhar a hegemonia do sindicalismo nacional para impor sua visão política sectária e eleitoreira. E para alcançar esse intento, não importam os métodos. Os sindicalistas petistas não titubeiam em fragmentar os sindicatos, em desrespeitar as decisões soberanas dos trabalhadores, em instigar a ação de organizações paralelas e em controlar de forma totalitária os sindicatos sob sua direção.

Na sua ambição exclusivista, o PT sempre negou alianças com correntes sindicais que não rezam pela sua cartilha, privilegiando apenas as divergências político-partidárias, ao invés de se esforçar para unir os sindicatos nas lutas

comuns dos trabalhadores. E, com esta orientação estreita, trabalhou somente no sentido de formar a sua central sindical. Já na 1ª Conclat da Praia Grande, em agosto de 81, a corrente petista procurou alcançar seu plano. Exatamente quando os trabalhadores davam um passo importante para forjar sua unidade e romper com a estrutura corporativista, as lideranças do PT apresentavam uma chapa "pura" para tentar empolgar a direção da intersindical - a Pró-CUT. Na ocasião, não obtiveram êxito e tiveram que se curvar ao anseio de unidade.

Posteriormente, nada fizeram para encaminhar as resoluções unitárias da Conferência da Praia Grande. Continuaram no rumo da Divisão. Nem mesmo a greve geral de 21 de julho de 83, a primeira após o golpe militar, mostrou-lhes a importância vital da unidade. Um mês depois, a corrente petista realizava o seu congresso e fundava a sua Central "Única" de Trabalhadores - uma entidade partidarizada e antisindical.

A prova maior do caráter anti-sindical e partidarizado da CUT encontra-se na sua própria estruturação e na composição de sua direção nacional. Para fundá-la, a corrente petista desrespeitou várias assembleias e sindicatos contrários à divisão. Um caso gritante ocorreu na Bahia. Bancários e metalúrgicos realizaram assembleias e se pronunciaram soberanamente contra a fundação da CUT. Mesmo assim os ativistas destas categorias afinados com o PT fizeram novas "assembleias", por fora dos sindicatos e bem minguadas, elegeram suas delegações e participaram do Congresso de São Bernardo. E o pior: membros das duas categorias, sem qualquer respaldo, ainda foram eleitos para a direção nacional da CUT.

No último congresso da central petista, em agosto de 84, a mesma cena se repetiu. O critério anti-sindical é tão evidente que até hoje essa central se recusa a divulgar a lista dos sindicatos que participam da articulação, temendo o desmascaramento.

O grande trunfo da CUT: dólares das multinacionais

Para estruturar a sua central e colocá-la em movimento, o PT contou com um poderoso trunfo: milhões de dólares do capital estrangeiro.

A trama da burguesia internacional veio a público por completo já no momento da formação da central petista. A imprensa publicou o "Projeto Participação na Conclat-83", onde lideranças petistas solicitavam às instituições européias a "ajuda" de 433 mil dólares. Pouco depois, Devanir Ribeiro, na época presidente do PT em São Paulo, confirmava que no Congresso de Fundação da CUT tinha "uns 15 mil e poucos delegados e por volta de uns 2 ou 3 mil foram financiados" com os dólares estrangeiros.

As denúncias de auxílio externo à CUT continuam até hoje. É com esse dinheiro da burguesia internacional que a central petista monta sua poderosa estrutura e põe em prática a sua política divisionista.



CGT deve manter luta pela unidade definida no Conclat de 83



Greve unificada em São Paulo: CUT joga na divisão

A melhor maneira para alcançar a reunificação

Diante desse quadro de divisão, algumas lideranças e correntes sindicais persistiram, de forma acertada e coerente, na defesa da unidade e da formação de uma única central de trabalhadores. Mesmo quando da fundação da CUT, não se deram por vencidas. Recusaram-se a ficar a reboque da central petista e ergueram a bandeira da reunificação sindical. A maioria destas lideranças optou por travar esta batalha no interior da Conclat. E já no Congresso de sua fundação, em outubro de 83, evitaram uma manobra mesquinha de velhos pelegos que também queriam estruturar a sua central sindical. Desta forma, a Conclat nasceu como uma simples articulação, que tinha como um dos pontos principais do seu programa a luta pela reunificação do sindicalismo brasileiro.

Mas a luta em defesa da unidade encontrou inúmeros obstáculos. No interior da Conclat houve a resistência dos setores atrasados e pelegos. E do lado da CUT houve a total intransigência. Afinal, a unidade não faz parte do projeto do PT e muito menos de seus financiadores.

De lá para cá, dois anos se passaram e nenhum passo efetivo foi dado no rumo da reunificação. Ao contrário, as duas articulações se polarizaram. A central petista, no afã de impor sua hegemonia, fez questão de marcar suas divergências, atacando gratuitamente a outra intersindical. Chegou mesmo a interferir nas greves dirigidas por sindicatos ligados à Conclat, desrespeitando a autonomia das categorias em luta. Já a Conclat não conseguiu se firmar como alternativa real de luta e unidade.

Dai surge a pergunta: é possível a reunificação sindical no Brasil? A resposta é sim. As condições objetivas empurram nesse sentido. As reivindicações dos assala-

riados são as mesmas no país inteiro: trimestral, estabilidade, 40 horas semanais, comissão de fábrica, reforma agrária etc. Nos últimos anos esta tem sido a pauta unitária de todas as greves, tanto as lideradas pela Conclat como pela CUT. E na experiência prática os trabalhadores aprendem que a sua força reside na união e que a divisão existente é artificial e prejudicial.

Novo patamar na luta pela unidade sindical

Mas para atingir esse objetivo histórico da classe operária é preciso elevar a luta pela unidade a um novo patamar. Está claro que não basta mais o discurso da reunificação. Do interior da Conclat, principalmente através da Contag e dos sindicalistas do PC do B, surgiram várias propostas no sentido da reunificação imediata, como a da realização de um congresso unitário (Conclat-/CUT) onde se fundiriam as duas articulações numa única e poderosa central de trabalhadores. Mas estas esbarraram na postura miope, inflexível e divisionista da CUT-PT.

Persistir apenas na defesa abstrata da reunificação é cair no vazio. É dar espaço para que a CUT viabilize seu projeto divisionista, feito à base de milhões de dólares. É deixar um grande número de sindicatos isolados e perplexos, sem força para encaminhar as grandes lutas nacionais. A defesa da unidade hoje obrigatoriamente passa pela construção de uma central sindical forte, democrática, pluralista e de luta, que na sua atuação diária conquiste o respeito das massas trabalhadoras e desmascare o projeto plurisindicalista da burguesia no Brasil. Uma central que tenha como objetivo permanente a conquista da unidade sindical.

A CGT é a única opção para os trabalhadores

Para os trabalhadores que almejam construir um sindicalismo unitário e combativo, a alternativa que se coloca no momento é a CGT - central a ser fundada no Congresso da Conclat em março próximo. Esta articulação é a única que reúne as condições de prosseguir a luta pela reunificação.

Segundo seus principais articuladores, a CGT pretende ser uma central unitária, pluralista, democrática e de luta. Unitária porque manterá erguida a bandeira da unidade sindical, repudiando todas as tentativas da burguesia e de seus agentes de pulverizar o sindicalismo. Pluralista porque abrirá espaço no seu interior para as diversas correntes político-sindicais, evitando qualquer postura exclusivista. Democrática porque pautará sua atuação pelo respeito aos fóruns soberanos das entidades sindicais. E de luta porque se colocará ao lado dos trabalhadores no combate à exploração capitalista, rejeitando a conciliação de classe.

Demonstração de que esse projeto sindical amplo e avançado pode ser realizado se encontra na própria atuação da Conclat, articulação de onde nasce agora a CGT. No seu curto período de existência, apesar das divergências dos setores sindicais progressistas com as lideranças pelegas e atrasadas, a Conclat não discriminou nenhuma força político-sindical. Todas as correntes, inclusive os comunistas, tiveram campo para atuar. Bem diferente da conduta da CUT, onde impera o rolo compressor petista e existe, inclusive, um forte ranço anticomunista.

CGT pode ter uma forte marca de combatividade

Foi também da Conclat que partiram as propostas no sentido da reunificação orgânica do sindicalismo, apesar da resistência dos velhos pelegos. Enquanto a CUT desenvolvia campanha nacional pela ratificação da Convenção 87 da OIT - instrumento do imperialismo para implantar o pluralismo sindical -, a Conclat defendia a autonomia e liberdade sindical, mas com a manutenção da unidade.

as correntes progressistas e as atrasadas no seu interior, as primeiras saíram vencedoras e conseguiram imprimir a marca combativa à Conclat. Ela esteve à frente de numerosas greves e lutas por todo país. Um exemplo foi a greve unificada dos trabalhadores paulistas. A Conclat ainda se lançou na luta pela reforma agrária, promovendo manifestações públicas em vários Estados.

Debilidades da Conclat precisam ser superadas

É evidente que a Conclat apresentou também inúmeras debilidades. Muitas delas são decorrentes da própria fragilidade do sindicalismo no estágio atual. O imobilismo, a falta de representatividade, a presença de vasto contingente de sindicalistas pelegos e atrasados, refletiram-se na Conclat. Além disso, a Conclat não era uma central sindical estruturada e centralizada, mas sim uma simples articulação. Por isso, não atuou como um centro dirigente da ação sindical no país e não deslançou.

Agora, com a formação da CGT, estas debilidades podem ser sanadas. Lógico que isso vai depender da atuação firme do sindicalismo mais progressista. Se atuar de forma coesa no Congresso da Conclat, ela poderá aprovar resoluções avançadas para a nova central, além de compor uma direção nacional mais comprometida com o crescimento das lutas sindicais. Só assim a CGT nascerá como uma alternativa de luta e unidade.

Já as outras duas centrais existentes não servem ao projeto de um sindicalismo unitário e combativo. A USI (União Sindical Independente) é de direita. Só surgiu no vácuo aberto pela divisão petista. Seu projeto é tornar-se um centro de aglutinação do pior peleguismo, para evitar a renovação sindical e o avanço das lutas dos trabalhadores.

E a CUT é uma entidade instrumentalizada pelo PT, servindo aos seus interesses eleitoreiros. Apesar de seu linguajar pseudo-radical e democrático, joga no isolamento da classe operária e pratica o mais nefasto exclusivismo. Nela não vigora o critério sindical, mas sim o partidário: o que importa é rezar pela cartilha petista. (Altamiro Borges)



Lula discursa na fundação da central instrumentalizada por seu partido

Aliperti, uma fábrica de acidentes e mortes

No dia 23 de janeiro às 13h30m o operário José Nunes do Nascimento morreu diante de sua máquina de trabalho, na Aliperti, fulminado por um choque violento provocado por um fio desencapado. Mais uma vítima da falta de segurança do trabalho numa empresa recordista na matéria. A revolta foi grande. José Nunes não tinha nem 20 anos e trabalhava apenas há oito meses na firma. A raiva ficou presa na garganta: a Aliperti também é campeã de repressão, parece uma cadeia. E com medo de punições e desemprego, o peso calou.

Na porta da Aliperti, vigiada pelos seguranças, muitos armados, os operários não param para conversar. É preciso ir de casa em casa para se ouvir os relatos do que acontece dentro da empresa. E mesmo assim, com medo de redução no salário e de perder o emprego, ninguém quer ser identificado. Com a garantia de que não será publicado o nome de ninguém, as denúncias começam a aparecer.

A Aliperti é uma siderúrgica com 3.200 operários. Produz materiais para construção civil, como vergalhões. É altamente insalubre, seja pela eterna fuligem em todas as seções, inclusive no escritório, e que invade as casas no bairro, seja pelo calor do forno, cuja temperatura varia de 600 a 1.400°C. "É uma temperatura para cozinhar o pulmão de qualquer um. No entanto nem os operários dos setores mais insalubres têm direito a tomar leite. No alto forno o uniforme é de brim e não de amianto. E nem todo mundo recebe bota, luva ou óculos de proteção. Para falar a verdade a maioria não tem, ou então usa material estragado" - afirma um aposentado.

"MORREU NO CAMINHO"

As máquinas também estão geralmente em más

condições e ofereceu pouca ou nenhuma proteção ao trabalhador. Não é por acaso que os acidentes se sucedem. "Tem acidente todo o dia" - afirma um operário com sete anos de firma. E a esposa dele completa: "Acho que dá prá dizer que acontece de hora em hora. Claro que nem todos são graves".

Os acidentes ocorrem em todos os setores. "Há 15 dias um menor perdeu a ponta do dedo numa serra elétrica. Cinco dias antes um operário sofreu queimaduras no rosto e no braço por causa de um curto circuito na oficina de manutenção. No alto forno tem muita gente com queimadura. Há quatro anos caíram andaimes dentro da chaminé de um alto forno que estava sendo reformado. Mais de dez pessoas morreram e quinze ficaram gravemente feridas".

"Na laminação já morreu muita gente espetada. Nesta seção mais de 60% dos operários estão processando a firma por causa de acidentes" - relata um laminador.

A firma faz de tudo para não se responsabilizar pelas ocorrências. O operário acidentado, quando grave, é encaminhado imediatamente para fora, mesmo que já esteja morto. E depois a direção da empresa afirma que "morreu no caminho". Há alguns anos um operário

da laminação caiu na correia do motor. "Subiu pedaço prá todo lado, a cabeça estourou. Juntaram os pedaços dele. E o Boletim de Ocorrência declara que morreu a caminho do hospital". Emocionado, um operário com 25 anos de firma conta outro fato parecido: "Um operário esmagado pelo guindaste. No BO também constava morte a caminho do hospital..."

Um trabalhador apelidado de "Papagaio" estava no guindaste consertando a parte elétrica. Outro guindaste que se aproximava não o viu e decepcionou o braço dele. Dava para ver o coração batendo. Esse continua na firma. Mas muita gente é despedida por "justa causa" depois de acidentes.

REPRESSÃO VIOLENTA

A Cipa, um importante instrumento de luta dos trabalhadores, não funciona na Aliperti. "Também só participa dela quem é manipulado pelo chefe de seção - conta o aposentado. No período da noite, as três seções mais perigosas, aciarria, alto forno e laminação ficam sem supervisor e sem assistência médica".

A Aliperti procura empregar o maior número possível de nordestinos e mineiros que chegam em São Paulo desempregados e desesperados e acabam se sujeitando a qualquer coisa para sustentar a família. Muitos trabalham sem ser efetivados. Além disso quem é registrado numa função acaba fazendo de tudo lá dentro mas não ganha de acordo com o que faz e sim com o registro.

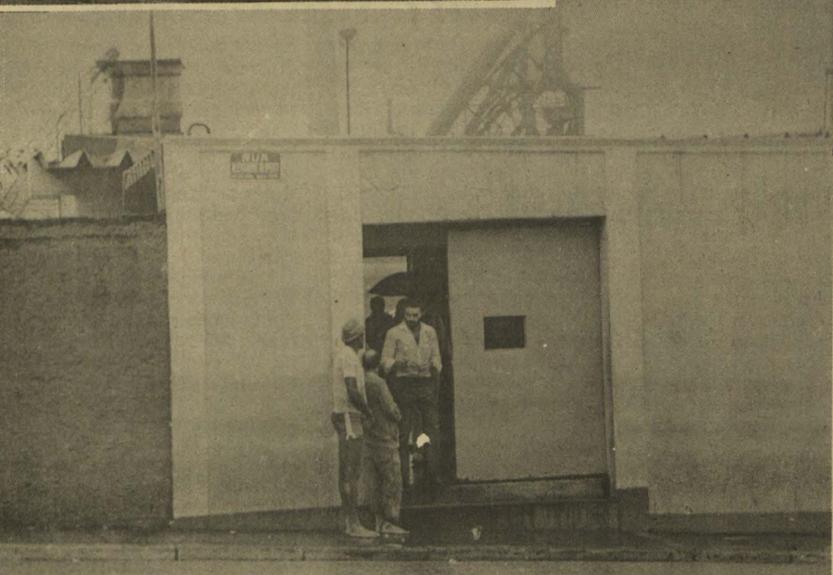
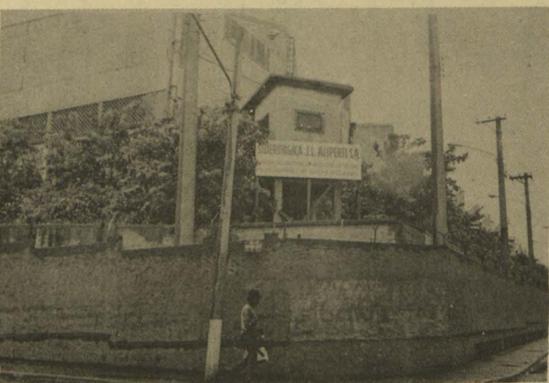
PERDER O MEDO

A vigilância na firma é controlada por Lauro Portugal, ex-tenente da PM. Em qualquer ameaça de greve ou revolta a frente da fábrica fica coalhada de PMs. O clima é mesmo de cadeia, como afirmam os operários. Mas de vez em quando o pessoal se revolta. Há algum tempo o supervisor geral da mecânica, José Lopes, levou uma surra: "Quebraram o carro dele porque perseguia os operários e mandava embora sem direito".

A morte de José Nunes está entalada na garganta dos operários. Um boletim distribuído pelo diretório distrital do PC do B no Jabaquara teve grande repercussão. E muita gente já começa a discutir o chamamento feito pelo partido: "O patrão não vai melhorar nada se o peão não reclamar. E não adianta reclamar sozinho, a força do peão está na sua união. O sindicato é o instrumento principal onde devemos nos unir para lutar pelos nossos direitos. É hora de perder o medo para não perder a vida!"

(Olívia Rangel)

Guarita e arame farpado para "proteger" a Aliperti



Os operários saem apressados e preferem não conversar na porta



Alegria e participação na plenária. Acima o campeão de filiações

UJS faz seu Congresso Nacional de Vitória

Com a presença de mais de 1.300 delegados e observadores de todo o País, realizou-se nos dias 31 de janeiro, 01 e 02 de fevereiro, na cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, o II Congresso Nacional da União da Juventude Socialista, em clima de muita alegria, discussões e resoluções sobre as lutas da juventude para 1985.

O encontro trouxe a Vitória jovens de vinte e dois Estados, do Distrito Federal e do Território de Roraima, que chegaram ao Congresso depois de uma jornada para arrecadar fundos para as passagens, o que permitiu a participação dos delegados dos Estados mais distantes.

Para realizar o Congresso os jovens não trabalharam sozinhos; buscaram aliados, contaram com o apoio da prefeitura de Vila Vela, através do prefeito Vasco Alves, das forças democráticas de Vitória e do Estado. As atividades do Congresso foram realizadas no campus da Universidade Federal do Espírito Santo, onde os delegados ficaram alojados.

No dia da abertura do encontro os participantes fizeram uma combativa manifestação pela soberania nacional no centro de Vitória, denunciando a ação nefasta do FMI no Brasil e de solidariedade a toda juventude mundial que luta contra o imperialismo e pela liberdade.

VOTO AOS 16 ANOS

O segundo dia foi marcado pela plenária sobre a juventude e a Constituição. O debate contribuiu para a elaboração de uma plataforma com reivindicações próprias da juventude, que será encaminhada ao governo federal, e apresentada para o debate envolvendo a preparação da futura Constituição do Brasil.

O direito de voto aos jovens a partir dos 16 anos foi levantada como a exigência maior de participação política da juventude, principalmente quando se leva em conta a média de idade dos participantes do Congresso. Para se ter uma idéia, a média de idade da equipe de futebol de salão feminino de São Paulo, campeã do torneio (ver box) era inferior a 16 anos.

A UJS quer também que a

Esporte, festa e cultura

Mais de 50 jogos disputados, duas provas de natação, dezenas de medalhas e troféus distribuídos e muito entusiasmo dos atletas e torcidas marcaram as atividades esportivas do II Congresso Nacional da UJS, onde se viu uma melhoria da qualidade técnica dos jogos e a demonstração de elevado espírito desportivo, segundo o Coordenador Nacional de Esportes da UJS e organizador dos jogos, Elísio Macambira.

Foram os seguintes os Estados classificados em primeiro e segundo lugares, respectivamente, nas modalidades disputadas: voleibol feminino (Espírito Santo e Alagoas); voleibol masculino (São Paulo e Espírito Santo); futebol de salão feminino (São Paulo e Santa Cata-

rna); futebol de salão masculino (Paraná e Minas Gerais); natação feminina (São Paulo e R.G. do Sul); natação masculina (Goiás e São Paulo).

CULTURA NO CONGRESSO

Os números de dança do côco (folclore nordestino) e dança dos facões (capoeira) apresentados pelas delegações de Alagoas e Goiás mereceram entusiasmados aplausos dos presentes pelo elevado nível e desempenho dos dois grupos. As delegações vieram repletas de jovens artistas populares filiados à UJS, que se apresentaram durante o show comício pela soberania nacional. Para estimular estas atividades o Congresso deliberou pela criação de uma comissão de cultura da UJS.

futura Constituição assegure maiores garantias e direitos ao trabalhador menor. A atual Constituição diz que se pode trabalhar a partir dos 12 anos de idade, mas nada comenta sobre a desigualdade salarial entre o trabalho de menores e adultos. Por isso o Congresso defendeu salário igual para trabalho igual no caso de menores que desempenham a mesma função de adultos.

Outra definição do encontro foi pela redução da jornada de trabalho para que os jovens que trabalham e estudam possam compatibilizar as duas atividades.

Os jovens reunidos em Vitória decidiram que devem exigir do governo a criação da disciplina de educação sexual, obrigatória para as escolas de 1º e 2º graus, como forma de se oferecer à juventude uma visão científica sobre o assunto.

ORGANIZAR A JUVENTUDE

O Congresso aprovou uma proposta de campanha nacional de esclarecimento dos jovens sobre os danos causados pelos tóxicos e a reformulação da legislação, que deve estar voltada muito mais para proteger as vítimas da droga do que para fazer voltar sobre ela a ação policial que deve recair sobre os produtores e traficantes.

(Aldo Rebelo)

A União da Juventude Socialista conta hoje com aproximadamente 26 mil filiados espalhados por todo o território nacional. A meta que estabelecia o número de 50 mil novos sócios não foi alcançada, mas a Coordenação Nacional e o Congresso consideraram vitoriosa a campanha de filiação, levada a cabo no prazo de alguns meses. O jovem goiano Wercules Alves fez 1.600 novas filiações e ganhou o prêmio da viagem à Nicarágua, estipulado para o vencedor da campanha de filiação.

A Coordenação eleita no Congresso, encabeçada pelo ex-presidente da UBES Apolinário Rebelo deverá prosseguir o trabalho de organização da juventude nas escolas, bairros e cidades do interior, mobilizando as massas juvenis na luta por seus direitos e na campanha da Assembléia Nacional Constituinte.

No encerramento do Congresso foi lida uma saudação aos participantes enviada pelo Diretório Nacional do PC do Brasil e os congressistas aprovaram um voto de agradecimento ao prefeito de Vila Velha pelo apoio decidido que deu ao encontro, terminando com a entrega dos prêmios dos torneios e a despedida das delegações.

São Marcos trafica com a saúde

No dia 30 de janeiro o governador Montoro decretou a intervenção no Hospital São Marcos, acusado de fraudar o Inamps em cerca de Cr\$ 4 trilhões. O hospital também foi declarado de "utilidade pública para posterior desapropriação", para que a população de Ferraz de Vasconcelos, município da Grande São Paulo, não ficasse sem o atendimento da única casa de saúde do município.

Quando os interventores assumiram a direção do hospital, constataram horrorizados, as péssimas condições de atendimento aos internados. O necrotério funcionava em frente à cozinha, com suas geladeiras paralisadas há meses. Foram encontrados quatro corpos já putrefatos. Os doentes ficavam praticamente abandonados, pois não havia medicamentos, alimentos ou materiais de enfermagem no almoxarifado.

Pelos corredores caminhavam doentes mentais e as dependências estavam infestadas por moscas e ratos.

ESTATIZAR HOSPITAIS

A intervenção foi saudada pela população, mas ao mesmo tempo se indagava porque o dono do hospital, Osfris Florindo Coelho, não ficasse sem o atendimento da população das grades. Motivo não falta, pois além de deixar os doentes à mingua o hospital se tornou um dos recordistas em fraudar o Inamps. Em setembro de 1985 um relatório do Inamps dizia que o Hospital São Marcos se responsabilizava por fazer 129 mil consultas por mês, 600% a mais do que sua capacidade. A média de faturamento do São Marcos junto à Previdência era de Cr\$ 25 bilhões mensais, com fraudes excedendo de 400 a 500% ao número adequado de pacientes.

Tal fato trouxe à tona novamente o sério problema do atendimento médico do país, hoje em sua maioria entregue à rede hospitalar privada que mantém convênios com o Inamps. Este sistema abre brechas para que as fraudes se generalizem impunemente. São pouquíssimos os hospitais próprios do Estado e a população fica à mercê dos inescrupulosos empresários da área de saúde, sedentos de lucro fácil.

A rede privada hospitalar tem um poderoso lobby, que se movimenta toda vez que se fala em estatização dos hospitais. O ministro da Previdência apoiou a decisão de Montoro de desapropriar o Hospital São Marcos, como sendo "correta e socialmente justa". Portanto, a nível federal o governo deveria agir no mesmo sentido e iniciar a estatização dos hospitais da rede do Inamps.

Funcionária da Telesp denuncia violência sexual

No dia 8 de janeiro a funcionária da Telesp de Santos, Maria Aparecida de Lima foi orientada pelo seu chefe para trabalhar no arquivo morto da agência. Quando desenvolvia seu trabalho, este chefe, Anito Fernandes, entrou na seção aproveitando o fato de que a funcionária estava sozinha, tentou forçá-la a ter relações sexuais com ele.

Outro funcionário da Telesp que passava em frente à seção percebeu o que se passava e neste momento Maria conseguiu fugir correndo.

Maria Aparecida de Lima resolveu, então, com coragem e apoiada pelos colegas de trabalho, fazer um Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia de Santos. Enviou um relatório do ocorrido à empresa e uma cópia para o Sindicato dos Telefônicos de São Paulo.

Ciente do caso, o Sindicato marcou uma mesa redonda na DRT-Santos para exigir punição do chefe. A audiência que tinha sido marcada para o dia 30 de janeiro foi desmarcada na véspera por pressão da Telesp.

A coragem de Cidinha, com apoio do Sindicato, do Conselho da Condição Feminina e da União de Mulheres de São Paulo, levou-a a denunciar o ocorrido na televisão. Com



isso, outros casos semelhantes vieram à tona. Mulheres que sofreram o mesmo tipo de atentado em outras empresas seguiram o exemplo de Cida.

No dia 31 de janeiro o Sindicato e o Conselho Estadual da Condição Feminina estiveram na Telesp de Santos durante

toda a tarde quando ocorreu a reunião entre a funcionária e a empresa.

Para surpresa geral, outras cinco funcionárias da mesma agência, estimuladas pela atitude de Maria Aparecida, decidiram denunciar outros atentados do mesmo tipo

cometidos contra elas pelo mesmo chefe, o Anito. O caso está nas mãos da presidência da Telesp. Esperamos que sujeitos como este tenham a punição que realmente merecem. (Maria de Lourdes Rodrigues - conselheira do CECF - São Paulo, SP)

Divulgamos nesta seção uma crítica a uma matéria sobre o rock publicada no n.º 249 de nosso jornal (de 20 a 26 de janeiro). As críticas contribuem para melhorar nosso trabalho, particularmente numa questão tão complexa quanto a cultura.

No que se refere à música "Nós Vamos Invadir Sua Praia", do Ultraje a Rigor, se o autor não teve a intenção de satirizar a burguesia, a letra permite esta interpretação. Resta ver qual visão do conteúdo vai perdurar... Continue a escrever, amigo leitor. Esta seção é sua. Dê sua opinião sobre os acontecimentos em curso. (Olivia Rangel)



fala o POVO

Sejamos sempre unidos

86 já chegou e preste bem atenção pois o papo é o seguinte vamos nos organizar para saber em quem votar para ser constituído

Já que é ano de eleição nós vamos ficar de olho e prestar bem atenção pois tem candidato aí dizendo que é do povo não vá na conversa dele que ele é representante dos trustes, dos tubarões

Se você quer bem votar para que se possa mudar esta tal constituição para se fazer as leis que garantam o direito de todos os cidadãos faça como vou fazer ajudando a eleger os candidatos comunistas do bravo PC do B

Há muito prá se fazer há, muito prá se lutar sejamos sempre unidos não vamos nos dispersar (Tribuneiro de São Paulo, SP)

Pelego prejudica pessoal da Saúde

É lamentável a situação dos trabalhadores em estabelecimentos de saúde de Londrina. A atual diretoria do Sindicato que representa a categoria é reconhecidamente pelega. Os trabalhadores são explorados e oprimidos e quando alguém faz uma reclamação trabalhista é

automaticamente denunciado ao empregador pelo presidente do Sindicato e posto na rua. Além disso a pessoa demitida não consegue trabalho em outro estabelecimento de saúde em Londrina.

O presidente do Sindicato Sr. José Cândido Ferreira,

vivia dizendo aos quatro ventos que não tinha satisfações a dar e quem mandava no sindicato era ele.

Sou atendente de enfermagem e também aluna do quarto período de enfermagem e obstetrícia da Universidade Estadual de Londrina. Meu caso é apenas um exemplo do que acontece a quem não é agradável aos olhos do Sr. José Cândido.

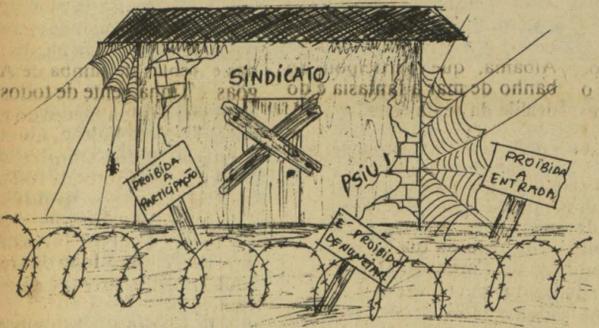
Por fazer parte de um grupo que visava a conscientização da categoria quanto às funções de um sindicato, fui demitida em setembro de 1984; desde então não consigo trabalho em nenhum hospital da cidade. A maioria das pessoas que faziam parte deste grupo de estudos também foram demitidas e as que não foram estão sendo pressionadas a pedir demissão mesmo com a dissolução do grupo.

Atualmente o Sr. José Cândido tem comparecido assiduamente aos hospitais e pousa

com ares de democrata comparecendo a atos públicos e manifestações populares pretendendo conquistar a simpatia da categoria e da comunidade com vistas à eleição da diretoria do Sindicato, que se dará em julho deste ano.

Esse jogo se repete há quinze anos, tempo em que ele está na presidência do Sindicato. Com sorriso de democrata ele tenta esconder as intocáveis ocasiões em que ameaçou de morte e perseguiu membros da categoria, inclusive portando arma de fogo.

Em 1983 pela primeira vez na história deste Sindicato houve uma chapa de oposição concorrendo à diretoria, a oposição perdeu e teve seus membros e apoiadores perseguidos. Hoje a categoria apesar das pressões está mais consciente e organizada e formando nova chapa de oposição. (Regina Maria Amâncio, demitida do Instituto de Câncer de Londrina, Paraná)



Governo ainda é contra os aposentados

O ex-presidente João Figueiredo pediu em entrevista à imprensa que o povo o esquecesse. Eu, pessoalmente, teria grande prazer em fazê-lo caso fosse possível. Mas cada vez que pego meu carnê de aposentadoria tenho o desprazer de lembrar-me desse general que infelizmente passou pela Presidência da República.

Os aposentados pela Previ-

dência Social recebem seus proventos com base nos trabalhadores em atividade. O ex-presidente, com sua alcatéia de especialistas em prejudicar os direitos conquistados, fez, na calada da noite, um decreto estabelecendo que os aposentados e pensionistas receberiam seus proventos de acordo com a caixa da Previdência, ou melhor, de acordo com a boa vontade (?) do presidente e seus

asseclas. Isso para encobrir os rombos de fraudadores, coniventes e incompetentes.

Enquanto os trabalhadores recebem 100% do INPC, os aposentados recebem 80% e ainda têm descontado, novamente, a Previdência! O novo governo que assumiu prometendo com grande alarde beneficiar os menos favorecidos simplesmente seguiu os dita-

mes do caprichoso decreto e continua prejudicando os direitos dos aposentados e pensionistas.

O atual governo tem a ousadia de vir para a televisão afirmar que a Previdência zerou o déficit. E como pode fazer esta afirmação e continuar prejudicando os aposentados e pensionistas? (J.R.M. - Rio Verde, Goiás)

Qual o valor do novo rock no Brasil?

Estamos escrevendo com o intuito de questionar o valor da matéria "Um novo Rock Invade a Praia" da TO n.º 249. Acharmos que esta matéria, além de superficial, pode, talvez, passar a imagem de que este "novo" rock, seja de vanguarda.

Sem dúvida alguma surgiu no cenário musical, há pouco mais de dois anos, um "novo" tipo de rock, se considerarmos como "cenário musical", as TVs e FMs. Na realidade este rock que satiriza a sociedade, existe há algum tempo (em média 6 anos). Eles já tentam há anos invadir sua praia, enquanto os grupos Rumo, Língua de Trapo, Premeditando o Breque, o Terço, entre outros, vêm questionando a sociedade há muito mais tempo e, até hoje, têm seu espaço reduzido no chamado "cenário musical". Isto sem entrar no mérito dos grupos de "resistência popular" (estes não têm espaço mesmo), que encontramos em diversos pontos do país.

Reconhecendo um certo valor nos "novos" grupos

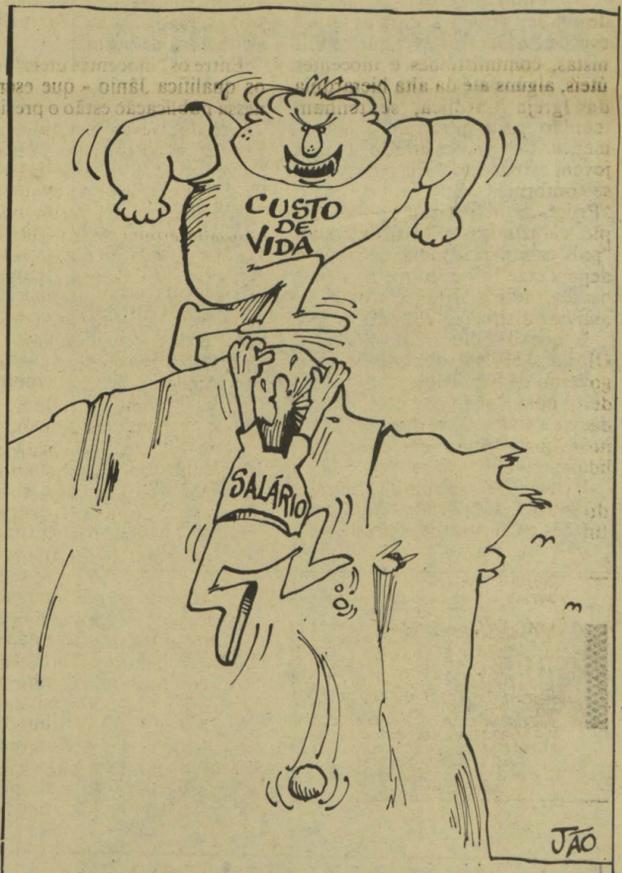
(Ultraje a Rigor, RPM etc.), perguntamos: Qual o interesse dos meios de comunicação da burguesia ao apresentar o trabalho desses grupos? Qual a intenção política e social dos grupos? O que as classes populares ganham com eles? Podemos afirmar, com certeza, que os meios de comunicação têm um interesse puramente comercial em todas as coisas que veiculam, inclusive nesses grupos, como podemos notar no depoimento de um diretor de uma FM de São Paulo, à revista *Afinal*, a respeito do grupo Rumo: "Se a Jovem Pan II tocar, nós também tocamos". Por sua vez Augusto Carvalho Filho, diretor artístico da Jovem Pan: "Quem quiser ser o primeiro tem que jogar o jogo". Não existe outra coisa, a não ser o interesse comercial que justifique uma rádio tocar 20 vezes a mesma música do RPM, e não tocar, por exemplo, o Plebe Rude (Você é músico, não revolucionário, faça o que eu te digo que eu te faço milionário...), letra de "Em minha Renda" do Plebe Rude e a maioria dos grupos de Brasília. Neste estilo de música tem as letras dos RPM, Ultraje

a Rigor etc., com temas que se não são revolucionárias, ao menos levantam questões interessantes para discussão.

Por outro lado, a maioria dos grupos não tem a intenção política que chega a passar em alguns dos seus sucessos, como se verifica em entrevistas recentes do Roger, do Ultraje a Rigor: "Eu nem diria que somos políticos, diria que somos anarquistas, até meio moralistas". E quando questionado numa entrevista de TV sobre a música "Nós vamos invadir sua praia": "Queremos satirizar o farofeiro", quando até interpretamos a letra da música como uma sátira burguesa. Apesar de em alguns conteúdos contestatórios ser intencional não podemos considerá-los de vanguarda (devemos aproveitar esses casos, sem dúvida). Bem, no final da matéria lemos "Roberto Carlos que no seu programa de fim de ano de 1984 já havia gravado com o conjunto Blitz, trouxe para o ano passado o Ultraje a Rigor. Chico Buarque, já em dezembro de 1984, cantou uma música com Paula, vocalista do 'Kid Abelha e os Abóboras Selvagens'. Uma

rapaziada realmente boa". Há de se notar alguns detalhes neste trecho: se repararmos bem, o conjunto Blitz praticamente não toca atualmente nas rádios de São Paulo; o Kid Abelha e os Abóboras Selvagens, já estão deixando de tocar, já não servem mais aos interesses dos ditos "divulgadores"; 2- Roberto Carlos ao cantar com o Ultraje a Rigor, estava simplesmente satisfazendo seu "ego" comercial e pessoal (Eu quero levar uma vida moderninha, deixar minha menininha sair sozinha... Mas eu me mordo de ciúmes, mas eu me mordo de ciúmes); 3 - O fato de um determinado intérprete cantar com um outro consagrado, não significa que tal intérprete seja bom ou ruim.

Não nos aprofundamos muito no assunto, mas nossa intenção aqui é apenas a de solicitar aos companheiros da TO - que sempre esteve e está comprometida com o avanço da luta do povo da classe operária, em defesa do socialismo, que discutam melhor a página de cultura e esporte. (Luiz Carlos de Freitas - São Miguel, e Marco Antônio - Penha - São Paulo)



Um movimento contra a carestia de vida

A retomada do Movimento Contra a Carestia é um fato importante na luta do nosso povo. Há poucos dias no debate da alimentação foi levantada esta questão. Propuseram primeiro que se fizesse um movimento contra a fome. Esta posição não foi aplaudida porque não se faz um movimento contra a fome sem um programa de combate ao aumento dos preços dos alimentos. Um movimento forte e combativo, para que seja congelado os preços dos gêneros de primeira necessidade durante seis meses pelo menos seria muito importante. Não se combate a fome, nem a miséria sem um movimento geral em todos os bairros para que os preços parem de crescer todos os dias.

Só se combate a fome com uma reforma agrária radical e com a suspensão do pagamento da dívida externa. Sem o paga-

mento dos juros, sendo que o dinheiro destinado a este fim seria aplicado no combate à fome, à miséria, ao desemprego. O movimento contra a carestia é fundamental para se combater o alto custo de vida. E barrar a ganância dos que só visam o lucro enquanto a população mais carente passa fome e miséria.

Vivemos num país rico onde 30 milhões de brasileiros passam fome. É necessário que seja logo realizada a reforma agrária, radical e não tímida. Com a reforma agrária se combaterá a exploração, terminará a violência no campo. O camponês poderá plantar e aumentará a produção de alimentos. Assim se combaterá a fome e a miséria. Todos os que tenham terras poderão produzir e colher alimentos e acabar a fome. (Mário Carneiro dos Santos - São Paulo, SP)

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Anseios populares dominam o Carnaval da Nova República

Além da folia, da disputa pelos primeiros lugares, da demonstração de organização e disciplina feitas pelo povo das escolas e blocos, o primeiro Carnaval da Nova República foi também um momento em que os brasileiros expressaram seus desejos de um país melhor. Exemplo disso é o já tradicional Bloco da Panela Vazia, em Salvador, e o surgimento em Maceió do bloco Meninos da Albânia.



A linha de frente do bloco Meninos da Albânia, em Alagoas

saiu no bloco, desta vez caracterizado como o papagaio "Verde Louro desta Flâmula", retirado do Gibi da Constituinte, de autoria de Bernardo Joffily.

ORIGEM DE LUTA

O Bloco Panela Vazia tem sua origem ligada às lutas populares, principalmente ao Movimento Contra a Cestaria. Em 82, seu primeiro ano, desfilou com 600 integrantes e o tema "Abaixo a Cestaria", revivendo o "quebra-quebra" de ônibus de 1981. Nesse ano também foi criado o lema do bloco: "O povo brinca, mas com o povo não se brinca".

Em 1983 o tema carnavalesco foi "Salvador, capital da oposição", referindo-se à avassaladora vitória da oposição na cidade, que fez 27 dos 33 vereadores nas eleições de 1982. Desta vez eram 1.100 foliões engajados no Bloco Vazia. No ano seguinte, 1.800 baianos cantavam "Mãe eu quero votar", levando para o reinado de Momo a campanha pelas diretas. Em 1985, já com Tancredo Neves vencedor no Colégio Eleitoral, o bloco questionava: "E a panela da gente, senhor presidente?".

A presidenta do bloco, Cinéia Oliveira, explica que o sucesso do Bloco Vazia deve-

se "à sua maneira simples, direta e satírica de cantar os problemas do povo, sempre apontando propostas de saída da situação de fome e miséria em que se encontra a nação. Por isso recebe o carinho nas ruas".

O Bloco Vazia tem espaço nas coberturas de jornais, rádios e tevês. "Nós derrubamos resistências", afirma Cinéia: "Antes havia alguma discriminação, pelo fato do bloco ter ligações com o Partido Comunista do Brasil, PC do B. Mas isso está sendo superado, embora continuem as dificuldades para encontrarmos patrocinadores".

Meninos da Albânia na praia de Maceió

Em Maceió ocorreu, como prometeu o prefeito Djalma Falcão, o Carnaval da Mudança. Em primeiro lugar, neste ano os salões dos clubes, embora não ficassem vazios, foram "derrotados" pela animação do povo nas ruas, aos milhares, principalmente na bela praia da Pajuçara. E uma nova atração chamou a atenção de todos, maceioenses e turistas: o bloco Meninos da Albânia, que participou do banho de mar a fantasia e do desfile da sexta-feira.

O nome Meninos da Albânia nasceu da luta política, e este foi o espírito do bloco: sátira política, bom humor na crítica aos problemas de Alagoas. Desde a campanha eleitoral, quando o PDS/PFL centrou sua ferocidade no ataque aos comunistas do PC do B - que participou da coligação que elegeu Djalma Falcão - o povo passou a admirar ainda mais o partido. Os governistas acreditavam que chamando de "meninos da Albânia" (pela defesa interna do único país socialista do mundo) aos cabos eleitorais do candidato do PMDB-PC do B-PSB, estariam ofendendo-os. Mas a participação dos comunistas foi decisiva na vitória de Djalma Falcão.

Eleito o prefeito oposicionista, o nome "meninos da Albânia" foi adotada pelo bloco carnavalesco - e que bloco. No seu estandarte, ao lado do símbolo (duas crianças sorridentes brincando com um papagaio, ave utilizada como símbolo da Constituinte), está a inscrição: "Fundado em 15-11-85", data da eleição vitoriosa.

Foi o maior bloco deste Carnaval, com um número de participantes equivalente aos das escolas de samba de Alagoas. Tinha gente de todos os setores: desde a esposa do prefeito Djalma Falcão, até operários, gente simples dos bairros, jogadores de futebol, jornalistas, o deputado Eduardo Bonfim, os vereadores Edberto Ticianeli, Jure de Viana e João de Deus, sindicalistas, artistas, intelectuais etc.

O Meninos da Albânia apresentou-se com três músicas próprias - dois frevos e um afoxé -, um fato inédito no Carnaval alagoano. Suas alegorias satirizavam o secretário da Segurança do Estado, que determinou o fechamento de todos os bares às 3 horas (Lei Seca, como o povo a chama pejorativamente), e os "parajás" - apaniguados do governo do PDS que recebem altíssimos salários do Estado. As músicas abordaram, além da Lei Seca, o problema do emissário submarino, que virou um escândalo pelos erros no projeto pelo volume de dinheiro que está consumindo; e a luta pela Constituinte num Brasil que "dá pé". (das sucursais)



Jânio mandou expor o material apreendido, sob a guarda de policiais armados

Material escolar e histórico na mira de Jânio

Desde o dia 3 de fevereiro o prefeito de São Paulo colocou em exposição, sob a guarda de policiais armados, na Secretaria Municipal de Educação, material escolar e de pesquisa sobre a realidade brasileira, considerados "impressos criminosos" pelo chefe do Executivo paulistano.

A "obra nefanda" (dizer arcaico do prefeito) consta de: "Programas de 1º Grau", "Programa de Matemática", "Programa de História", "Programa de Geografia", "Programa de Língua Portuguesa", "Programa de Ciências e Saúde", "Projeto Integração Criança-Escola", "Construindo Material Didático para a Pré-Escola", a coleção "Retrato do Brasil" e um fascículo desta coleção, publicada pelo governo do Estado, sobre Constituinte. Após a exposição, o prefeito pretende destruir esse material e vender o papel picado "a peso" para "salvar alguns cruzeiros" da barbaridade que está cometendo.

Ao estilo hitlerista, o prefeito destila seu veneno contra as publicações: "é inacreditável que comunistas, comunistóides e inocentes úteis, alguns até da alta hierarquia da Igreja Católica, se tenham reunido para perverter o pensamento do professorado e dos jovens estudantes". Ele parece não se conformar com o fato de que o "Programa de 1º Grau", por exemplo, caracterizar o Brasil como um "país capitalista, industrializado e dependente" - coisa que qualquer pessoa, sóbria, logo constata ao analisar a situação do país.

É que o cabo eleitoral do sr. Olavo Setúbal (candidato ao governo de São Paulo) tem verdadeiro ódio a tudo que cheira a verdade e a tudo que se destine a fazer nosso povo melhor entender a realidade em que vive.

É o caso do fascículo de "Retrato do Brasil", abordando "As Constituições e Constituintes brasileiras"

- e distribuído até mesmo pelo Ministério da Educação em estabelecimentos de ensino.

Entre os "inocentes úteis" - como os qualifica Jânio - que escrevem nessa publicação estão o presidente Tancredo Neves e o governador Franco Montoro! A publicação preconiza que para se fazer uma Constituinte de modo democrático "é preciso que sua elaboração seja confiada a uma Assembléia Constituinte dotada de plenos poderes, integrada por representantes eleitos livremente pelo povo e convocada especialmente para preparar e votar a carta constitucional". Algo que, sem dúvida, é uma pedra no caminho de políticos inimigos da liberdade, como o sr. Jânio Quadros e os magnatas a quem serve.

Num ato realizado na Câmara Municipal - que contou com a presença de Bernardo Joffily, representando a Tribuna Operária - em repúdio à medida arbitrária de Jânio Quadros, o jornalista Raimundo Rodrigues Pereira, de "Retrato do Brasil", denunciou pressões dos órgãos de informação e do Ministério do Exército contra o Ministro da Educação "que comprou milhares de exemplares de "Retrato do Brasil" para destruir esta coleção. Temos notícias de que o governador Jair Soares mandou também destruí-la."

**LIVROS - REVISTAS - POSTERS
POSTAIS - DISCOS - CAMISETAS
EXPOSIÇÕES**

ARTE PAU BRASIL
ESPAÇO ALTERNATIVO

RUA VERGUEIRO, 923 - PARAÍSO - SP
(FRENTE AO CENTRO CULTURAL SP)
Fone: 279-0147 - CEP 01504
SEG. A SAB. 10 AS 23 HS.
DOM. 16 AS 23 HS.

"Queremos um prefeito que devolva a alegria a São Paulo", dizia uma faixa na avenida Tiradentes, protestando contra o vexame do Carnaval de Jânio Quadros na capital. O prefeito desativou a Paulistur, que cuidava da organização do desfile na avenida. Contratou uma firma particular que abandonou o projeto no dia 31 de janeiro, vindo-se impossibilitada de cumprir os compromissos do Carnaval. Depois, o prefeito não conseguiu vender todos os ingressos - tardiamente colocados à disposição do público - para as arquibancadas, e acabou franqueando o acesso, para minimizar seu fracasso. Foi o primeiro Carnaval janista. Outros virão. Os paulistanos já estão preferindo a 4ª feira de Cinzas...



Foto: César Diniz

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011)
Telex: 01132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro Jr. de Oliveira.
Conselho de Direção: Rogério Lastosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel.
ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abraham 2º andar sala 32 - CEP 69900.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: Rua Simom Bolívar, 231, fam. Praça de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.
Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Vernício IV, sala 312 - CEP 70302.
CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500.
Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
ESPÍRITO SANTO - Cachoeira do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
GOIÁS - Goiânia: Rua 3, nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 66000.
MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.
PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 16, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100.
PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961 - CEP 80000. Londrina: Rua Serpente, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.
PIAUI - Teresina: Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000.
PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000.
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000. RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Andrada Neves 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235 sala 20 aberto depois das 16 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Cruz - Vitorino, 746-A - CEP 96200. IJUÍ: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s/ 23, 2º andar.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Evaristo da Veiga, 16, sala 504 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedross, 33, sala 319 - CEP 26000.

SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda., Composição, Past-UP e Fotolito, Liarte Foto-Itos Ltda. Fone: 279-3646. Impressão Cia Jorques. Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.

Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde em trabalho para o fortalecimento da imprensa operária.

X Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições) Cr\$ 260 mil
 Anual popular (52 edições) Cr\$ 130 mil
 Semestral (26 edições) Cr\$ 130 mil
 Semestral popular (26 edições) Cr\$ 65 mil
 Trimestral (13 edições) Cr\$ 33 mil
 Anual para o exterior (dólares) US\$ 70

Nome:
 Endereço:
 Bairro:
 Cidade: CEP:
 Estado:
 Profissão:
 Data:

Endereço a que se pedir o seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318.

**Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois**

Marreteiros sob flagelo de Jânio

Jânio Quadros desencadeou uma verdadeira caçada aos marreteiros - vendedores ambulantes - de São Paulo, para "limpar" as ruas em benefício dos grandes comerciantes. Os perseguidos se defendem contra os saques oficiais e nesta luta já houve tiros, espancamentos e prisões. Um velho marreteiro, arrependido de ter votado no atual prefeito, protesta: "Prá mim, a vassoura desse homem seria usada contra os ricos. Se soubesse que era prá varrer nós mesmos, não daria força prá ele".

Nos últimos anos os marreteiros ocuparam as ruas de São Paulo, originando um verdadeiro comércio paralelo, onde se vendem desde bijuterias, roupas feitas, utensílios domésticos até frutas e legumes. Como não são legalizados, trabalham sem nenhuma segurança, sempre correndo dos fiscais. Mas com a posse de Jânio as condições de trabalho pioraram consideravelmente. Cícero Pereira vende óculos em sua banca na rua Doze de Outubro, na Lapa, há oito anos e exemplifica a situação: "O problema maior foi só o Jânio entrar. No tempo dos outros prefeitos não tinha liberdade total, mas os fiscais não chegavam destruindo".

Fiscais saqueiam e destroem bancas

Os fiscais da prefeitura agem com extrema violência contra os marreteiros, destruindo e apreendendo mercadorias. Algumas vezes há resistência para barrar as tropelias dos agentes municipais gerando conflitos generalizados. No bairro da Lapa, por exemplo, a população ajudou os ambulantes a impedir que os fiscais saqueassem seus produtos.

"O negócio tá ruído", confessa Dogival Pereira da Silva, que vende sandálias na rua Dronsfeld, em frente à lanchonete McDonald's da Lapa. "O fiscal vem com a polícia e toma a mercadoria da gente. Sem mercadoria a gente acaba passando fome", conta ele. Cícero Pereira é outra vítima dos saques praticados pelos fiscais da prefeitura: "Eu tinha licença - diz ele - mas mesmo assim tiraram a minha barraca. Eles vieram quebrando tudo e perdi mais de Cr\$ 5 milhões em mercadorias".

Depois que a mercadoria dos ambulantes é apreendida vai parar nos depósitos da Prefeitura onde só é retirada após o pagamento de multa. Há denúncias de que parte das mercadorias é sarrupada pelos fiscais. E quando as devolvem,



Geralmente desempregados, os marreteiros vendem seus produtos nas ruas por preços acessíveis às massas populares. Trabalham sempre alertas, driblando os fiscais que lhes movem cerrada perseguição.

geralmente estão quebradas. Um marreteiro da Lapa relata o seu caso: "Eles levaram a minha banca. Agora estou com este pedaço de tábuas aqui e só vendo um pouco de bijuteria. Os fiscais pegam as melhores mercadorias. Ainda não fui buscar as minhas mercadorias por que tinha que pagar uma multa de Cr\$ 215 mil e eu não tenho este dinheiro".

Esta investida dos janistas contra humildes ambulantes tem o nítido caráter de favorecimento aos grandes comerciantes. Pelas suas declarações isto fica evidente. Welson Barbosa, Secretário das Administrações Regionais, afirmou peremptório: "Não podemos permitir que os marreteiros continuem invadindo a cidade com suas quinilhas, doces, pingas e relógios de contrabando". E finalizava: "E em um mês vamos organizar a cidade para

que os comerciantes, que pagam impostos, sejam respeitados".

Na mesma tônica era a declaração do administrador da Regional da Sé, Victor David - o mesmo que em 1981 participou da pancadaria do governo Maluf contra os moradores da Freguesia do Ó - mostrando o seu favoritismo aos lojistas. Victor David prometia limpar o centro da cidade dos marreteiros, porque "eles emporcalham a cidade, estragam o visual, atrapalham comerciantes e pedestres".

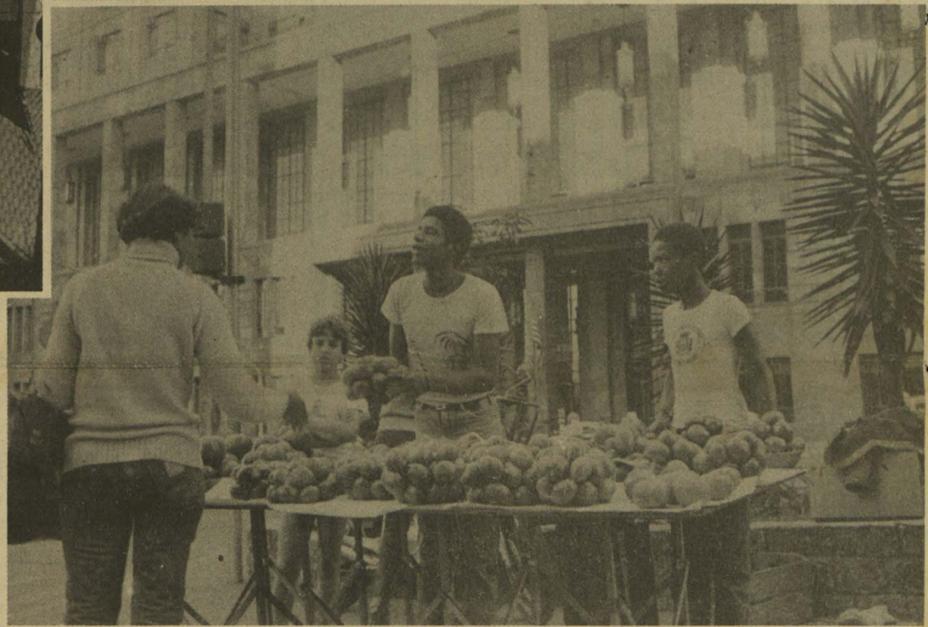
Comércio não quer marreteiro na rua

A alegação de que prejudicam os grandes comerciantes não é aceita pelos vendedores ambulantes. Silvano Pereira de Menezes, presidente da Associação dos Comerciantes Milenares da Cidade de São Paulo (nome da entidade dos marreteiros), é enfático neste sentido: "Nós não estamos atrapalhando o comércio, pois as mercadorias que vendemos é coisa pequena". Valdemir Ferreira Paiva, o Barba, uma outra liderança entre os marreteiros, justifica: "Eles alegam que é uma concorrência desleal com os comerciantes; mas então, que eles passem a cobrar uma pequena taxa da gente para que possamos trabalhar em igualdade de condições".

Mas o real motivo desta blitz contra os marreteiros é explicado pelo jovem Ricardo, que vende doces numa pequena banca no bairro de São Miguel Paulista: "Têm certos setores que apoiaram Jânio, como a Associação Comercial e que hoje exigem medidas contra os marreteiros".

A Associação dos Comerciantes Milenares também denunciou que existe uma "máfia" neste comércio ambulante - que são os proprietários de uma rede de bancas - que incentiva as perseguições contra os pequenos marreteiros. As denúncias mostram que os grandes marreteiros são avisados com antecedência para evitar que sejam apanhados pela blitz.

Setores da própria administração regional e vários fiscais são acusados de fazerem parte desta máfia.



"Há 3 anos sobrevivo disso"

Uma economia capitalista dependente como a do nosso país traz em seu bojo uma leva enorme de subempregados. Como não existe nenhum tipo de auxílio-desemprego no Brasil, os desempregados são obrigados a procurar qualquer tipo de trabalho para sobreviverem. Daí o grande número de marreteiros. Os dados estatísticos mostram que esse exército industrial de reserva atinge uma proporção considerável da população apta a trabalhar, contribuindo para puxar os salários para baixo.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, entre o final de 1980 e o início de 1984, cerca de 5 milhões de brasileiros ingressaram no mercado de trabalho e não encontraram emprego. Ai não se conta o incalculável contingente dos que perderam seus empregos no período. O Dieese (Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas) mostrou que em 1983, um terço da população do

Estado de São Paulo em condições de trabalhar, estava desempregada ou tentando viver de "bicos".

Sem otorecer nenhuma perspectiva de emprego para os subempregados da capital paulista, Jânio Quadros tenta acabar com um dos seus meios de subsistência. Os depoimentos dos marreteiros deixam claro o que representará para eles ficarem impedidos de trabalhar neste setor.

Valter Gonçalves, presidiário (está em regime de prisão albergue) sustenta seus sete filhos vendendo doces em uma banca na avenida Marechal Tito, em São Miguel Paulista. Aposentado por invalidez (era motorista e sofreu um acidente), Valter recebe uma pensão de Cr\$ 600 mil e denuncia que "a polícia já pegou minha mercadoria comprada do dinheiro que tirei da boca das crianças". Dizendo-se arrependido de ter votado em Jânio para prefeito, ele confessa: "Está mais fácil levar a vida no crime do que no

trabalho honesto. No crime tem menos perseguição. O que o Jânio quer é que eu volte para o crime".

Maurício vende cintos e relógios na rua Doze de Outubro, na Lapa, próximo à estação ferroviária. "Há três anos que estou parado e sobrevivo disso", conta ele. Trabalhava de servente na construção civil, foi demitido e optou pelo trabalho de marreteiro para poder sustentar a esposa e cinco filhos. No final de semana vende limão na feira e depois volta para a favela, na Vila Brasilândia. Confessa que sua vida "é um corre-corre danado. Hoje mesmo já saí correndo dos fiscais".

Indefesos diante da violência

Todos os marreteiros revelam que o desemprego os empurrou para este tipo de trabalho. "Estou desempregado há um ano e três meses e fico marretando direto", diz Júlio, ex-vendedor numa loja de calçados. "Tenho dois filhos, pago Cr\$ 250 mil de aluguel e paguei Cr\$ 105 mil de luz no mês passado. Tentei arrumar serviço e não achei, mesmo quando acho o salário é muito pouco e mal dá para a despesa de comida".

Bastante indignado porque os fiscais levaram sua mercadoria, Júlio conta como os marreteiros ficam nas mãos dos fiscais corruptos: "Na época do natal os fiscais pediam a caixinha e cada um de nós dava Cr\$ 30 mil, Cr\$ 40, Cr\$ 50 mil". Também revela que às vezes fica desesperado com esta situação, "mas se você reage é pior. Tem um cara na praça da Sé que reagiu e eles quebraram a cara dele" (nome não revelado).

Entidade contra arbítrio

Os paulistanos já têm uma entidade a quem recorrer para enfrentar as medidas tomadas por Jânio Quadros contra a comunidade: o Centro de Defesa da Cidade. Organizado através da bancada dos vereadores do PMDB, funciona no 1017 andar da Câmara Municipal e atende às denúncias encaminhadas pela população. O CDC, apesar do seu pouco tempo de funcionamento, tem uma intensa movimentação. Já foram feitos diversos atos no seu saguão em defesa dos idosos, dos marreteiros, das mães com crianças em creches, em defesa do erasmo democrático e contra o aumento do IPTU.

Uma importante vitória foi um mandato de segurança coletivo impetrado por moradores através do CDC, alegando inconstitucionalidade da medida do prefeito em reajustar o Imposto Predial e Territorial Urbano com base em variações da ORTN. O juiz concedeu liminar favorável ao CDC.

Várias medidas de caráter antidemocrático e antipopular foram promulgadas pelo prefeito da capital paulista

em pouco mais de um mês de mandato. Nem mesmo as crianças foram poupadas. Através da circular informativa 03/86, da Secretaria Municipal da Educação, a população tomou conhecimento da orientação para reduzir a merenda escolar nas creches da Prefeitura de São Paulo.

Demissões de funcionários públicos, geralmente os que recebem os salários mais baixos; tentativa de suprimir os passes nos ônibus para os idosos; apreensão de material didático e informativo (veja matéria a este respeito na página 4); perseguição aos marreteiros são outras medidas tomadas pelo prefeito.

Contra estas atitudes arbitrárias, tem se unido os setores democráticos da sociedade. Dona Maria Prestes Maia, viúva do ex-prefeito Prestes Maia é uma destas democratas que se levantaram contra o prefeito. "Neste momento - diz ela - em que estamos ameaçados com a prepotência dum candidato a ditador, que nossa atitude nos seja ditada pelos maquis mexicanos: 'que todos se levantem, que se chame a todos, que não haja nem um entre nós que fique para trás!'"



Foto: César Diniz

"Nossa vida é um corre-corre danado", conta o marreteiro da Lapa

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois